

CADERNO DE TESES

nº 2

(Teses entregues depois

do prazo:

PENDENTES)

X CONSINDSCOPE

BLOCO 1 – Teses estatutárias

10- Ações diretas já: pela construção de um movimento sindical autônomo e revolucionário

Resumo:

A atual conjuntura do Brasil é marcada por uma profunda crise social, econômica e política. O desemprego, o aumento da carestia de vida, o genocídio do povo negro, de indígenas e camponeses, o feminicídio, a homofobia, a criminalização da miséria, o encarceramento dos pobres, são algumas das expressões mais dramáticas da crise social. Em contrapartida, o governo Temer, imerso em escândalos de corrupção, depois da reforma do Ensino Médio e da PEC do corte dos investimentos, avança com as reformas da Trabalhista e da Previdência. As elites políticas se digladiam pelo poder, o bloco formado sob a liderança do PT se fragmentou e o novo bloco, PMDB-PSDB-DEM, não consegue se manter no poder sem oposição dos próprios setores burgueses e dominantes. Diante dessa conjuntura, o desafio para o movimento sindical é (re)construir um sindicalismo autônomo e revolucionário.

1. O impeachment e a luta de classes no Brasil

O atual contexto da luta de classes no Brasil é marcado por mais uma ofensiva neoliberal contra os direitos dos trabalhadores. A atual ofensiva tem como marco o impeachment da então presidente Dilma Rousseff/PT, que encerrou mais de uma década dos governos de conciliação de classes da Era PT (2003-2016). Assim, o impeachment de Dilma/PT deve ser entendido como a ruptura unilateral, promovida pelos setores burgueses, do pacto de conciliação de classes dos governos petistas, simbolizado inicialmente pela aliança entre Lula/PT, um ex-sindicalista, e José Alencar/PL, empresário das indústrias têxteis José Alencar, e, posteriormente, pela aliança Dilma/PT e Temer/PMDB.

Os setores burgueses, representados pelo bloco PMDB/PSDB/DEM, que orquestraram o impeachment aproveitaram dois fatores fundamentais: a expansão da crise econômica mundial e da incapacidade do PT, especialmente no governo Dilma, de manter sua parte no pacto de conciliação de classes: o controle sobre os movimentos sindicais, estudantis e populares.

A crise econômica mundial começou em 2008 com a explosão da bolha imobiliária estadunidense que provocou a quebra de bancos de investimentos, como o Lehman Brothers, em 15 de setembro de 2008. Naquela ocasião, o segundo governo Lula/PT tomou medidas anticíclicas, para estimular o consumo e manter suas políticas neodesenvolvimentistas¹. Entretanto, a expansão da crise internacional provocou uma queda significativa dos preços das *commodities* em 2015 e, com o cenário econômico desfavorável, as políticas neodesenvolvimentistas deixaram de atender aos interesses imediatos de setores da burguesia, onde cresceu o apelo pelo fim do pacto de conciliação de classes.

Por sua vez, o marco do afastamento de importantes setores da classe trabalhadora e de movimentos sociais da tutela petista foram as lutas populares contra os aumentos das tarifas dos transportes públicos em junho de 2013, que foram acompanhadas pelo recorde de greves registradas pelo Dieese: 2.050 greves deflagradas². Portanto, é possível afirmar que o PT e suas forças auxiliares, como o PCdoB, deixaram de ter o mesmo controle sobre os movimentos sindicais, estudantis e populares.

Apesar de toda a manobra do bloco PMDB/PSDB/DEM, o programa do PMDB, “Uma ponte para o futuro”, não foi suficiente para unificar os setores burgueses pós-impeachment. O discurso de que o PT era um partido corrupto, elaborado para legitimar o impeachment, se voltou contra o próprio PMDB e seus aliados, investigados e condenados na Operação Lava Jato. A fragmentação dos setores burgueses ficou mais explícita com a denúncia feita pelo empresário Joesley Batista, dono da JSB, que colocou em ameaça real de impeachment o presidente Temer/PMDB.

É importante destacar que, apesar da fragmentação, o governo consegue aprovar sua pauta de recrudescimento das políticas neoliberais, como a aprovação da PEC 55, que corta recursos dos investimentos públicos, e a Reforma Trabalhista, que significa a desregulamentação total das leis trabalhistas. Ou seja, os setores burgueses conseguem minimamente unidade para avançar nas medidas que ampliam a exploração do trabalho.

Por sua vez, a classe trabalhadora encontra-se extremamente fragmentada. Os treze anos de conciliação de classes da Era PT significaram um processo de ampliação da burocratização dos movimentos sindicais, estudantis e populares. A incorporação de quadros dos movimentos sociais para a estrutura do Estado burguês e o esforço das burocracias para garantir os interesses da governabilidade

1 O neodesenvolvimentismo é o conceito usado para caracterizar as políticas econômicas da Era PT que associaram investimentos estatais do PAC com a expansão das políticas neoliberais, como as PPPs, as privatizações de estradas, portos e aeroportos, a gestão das OS's, etc.

2 DIEESE, Balanço das greves em 2013, 2015. Disponível em <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.pdf>

petista, converteram parte significativa das organizações da classe trabalhadora em parte do sistema de dominação e exploração burguesa³.

O papel de conciliação com a burguesia pode ser bem entendido no caso da Revolta Operária de Jirau. Em 2012 eclodiram as revoltas operários nos canteiros de obras do PAC, além de Hidrelétrica de Jirau, Hidrelétrica de Belo Monte, Refinaria Abreu e Lima, Petroquímica de Suape, Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. Os operários se revoltaram contra as péssimas condições de trabalho, alojamento e baixos salários. Em Jirau os operários partiram para a ação direta incendiando os alojamentos. Mas as centrais sindicais, CUT e Força Sindical, especialmente, atuaram para desarticular o movimento e garantir o “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção”⁴, documento assinado em parceria com o Governo e com as entidades dos empresários do setor da construção.

Esse processo de absorção dos movimentos sociais, especialmente o movimento sindical, pela Estado burguês durante a Era PT, provocou uma profunda burocratização dos movimentos, ou seja, por um lado, observamos um afastamento das cúpulas dos interesses imediatos e históricos do conjunto da classe trabalhadora, por outro lado, também observamos a predominância de uma concepção no interior dos movimentos segundo a qual não existiria outra alternativa fora das disputas nas eleições burguesas.

As burocracias sindicais passaram a ter um compromisso com a ordem burguesa, ao passo que, mesmo depois do impeachment da presidente Dilma/PT, dos ataques do governo Temer/PMDB aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, de todo o desgaste do próprio governo pmdbista com os

3 Sobre o processo de conversão dos sindicatos em parte dos mecanismos de exploração ver: BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*, São Paulo, Editora Boitempo, 1988, e BERNARDO, João; PEREIRA, Luciano. *Capitalismo sindical*. São Paulo: Xamã, 2008. Na história do Brasil esse é um fenômeno cíclico: depois dos sindicatos revolucionários do início do século XX, o sindicalismo trabalhista atrelou as organizações operárias ao Estado. Depois da retomada do movimento sindical e camponês combativos nos anos 50 e 60, o sindicalismo pelego dos interventores da ditadura empresarial-militar manteve a tutela estatal sobre o movimento. Depois da retomada da combatividade sindical da década de 1980, o sindicalismo de resultados e o sindicalismo prepositivo reeditaram o peleguismo sindical, que evoluiu para o sindicalismo governista da Era PT.

4 Disponível em http://www.conticom.org.br/sistema/ck/files/CompromissoConstrucao_Versao_Evento.pdf

escândalos de corrupção e, conseqüentemente, de sua total impopularidade, optaram por abandonar a luta efetiva contra as reformas e lançar a bandeira de ordem “Diretas Já”.

Em oposição às burocracias sindicais e às concepções eleitoreiras, observa-se o desenvolvimento de forças autônomas dos movimentos sociais, isto é, de movimentos que não estão atrelados aos interesses eleitorais de partidos e de correntes políticas. As forças autonomistas estão presentes nas lutas e mobilizações de massa em curso desde 2013, nos movimentos paredistas deflagrados à revelia das direções sindicais, nas ocupações estudantis secundaristas iniciadas no segundo semestre de 2015 nos colégios da Rede Estadual Paulista, que se estenderam até o final de 2016, como ocupações em Goiás, Rio Grande do Sul, Ceará, Rio de Janeiro, Paraná, bem como nas universidades e nos colégios federais, nas iniciativas de (re)construção do sindicalismo revolucionário, nos grupos de autodefesa (genericamente conhecidos com Black Blocs), na revitalização do movimento feminista, na organização de movimentos negros e de favelas autônomos.

Entretanto, os movimentos autônomos têm duas fragilidades: 1) na forma dos movimentos de massas, mesmo sendo parte de um ciclo de lutas iniciado em 2013 que expressam a revolta coletiva, ainda não assumiram o caráter organizativo necessário para se opôr efetivamente aos interesses burgueses; e 2) na forma das iniciativas organizativas, ainda representam um setor minoritário das organizações populares. Sem a superação dessas fragilidades, não será possível avançar nas lutas e na organização do conjunto classe trabalhadora.

Os aspectos da crise política e econômica até aqui destacados se desdobram de forma dramática na crise social. Hoje são 14,2 milhões de desempregados e desempregadas, os salários sofreram uma compressão e o poder de compra da população caiu 9,1% em 2016, nos cálculos da FGV, no período 2015/2016, a população abaixo da linha da pobreza chegou a 22 milhões, entre 1995 e 2014 foram registrados 46.478 trabalhadores libertados de trabalhos em condições análogas à de escravos. O aumento da miséria é uma expressão da superexploração sobre os trabalhadores e trabalhadoras.

A política do extermínio é o principal pilar da opressão da supremacia branca da sociedade patriarcal burguesa: 23.100 jovens negros são assassinados por ano, isso significa que são 63 por dia ou 23 a cada minutos; em 2016 foram assassinados 61 camponeses em conflitos pela terra, maior número desde 2003; em 2015 foram 18 indígenas assassinados em conflitos; a taxa de feminicídios é de 4,8 para 100 mil mulheres, a quinta maior no mundo, e de 2003 a 2013, o número de assassinatos de mulheres negras cresceu 54%, passando de 1.864 para 2.875 vítimas da violência racista e patriarcal; a cada 25 horas uma pessoa LGBT é assassinada por causa da homofobia.

Por último destaca-se a política de encarceramento dos pobres e negros. A população carcerária no Brasil chegou a 622 mil pessoas, ou seja, teve um crescimento de 267,32% entre 2000 e 2014, das

quais 67%, ou 416,74 mil pessoas, eram negras. Com esses números, a população carcerária brasileira se tornou a quarta maior do mundo.

Como se pode concluir, falar da luta de classes no Brasil e falar das condições a que não submetidos os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras, é falar de superexploração, de genocídio e de encarceramento.

2. As lutas contra as reformas e as contradições dos movimentos sociais

A análise das lutas contra as reformas promovidas pelo governo Temer/PMDB, o Ajuste Fiscal, a Reforma do Ensino Médio, a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência, permite o entendimento de uma das principais contradições no interior dos movimentos sociais: de um lado as burocracias dos movimentos e as concepções presas à ordem e à institucionalidade burguesas, de outro lado, as bases dos movimentos, as organizações autônomas e as concepções de ruptura com a ordem burguesa.

A resistência contra o Ajuste Fiscal e contra a Reforma do Ensino Médio se intensificaram no segundo semestre de 2016. A atual etapa do Ajuste Fiscal foi a “PEC do fim do mundo”, isto é, o projeto de emenda constitucional que cortou drasticamente os investimentos públicos em saúde, educação, assistência social, cultura, etc. Diante de tamanha ameaça aos serviços públicos essenciais para a população, servidores públicos federais, principalmente da Educação, e estudantes universitários deflagraram seus movimentos, respectivamente, de greve e ocupação.

Ao mesmo tempo, os estudantes secundaristas do Paraná, seguindo o exemplo dos estudantes de São Paulo e do Rio de Janeiro, lançaram uma ofensiva de ocupações de escolas contra a Reforma do Ensino Médio. Os estudantes paranaenses foram seguidos por estudantes da Rede Federal de Ensino e, somando com as ocupações das universidades, chegaram ao significativo número de 1.000 escolas ocupadas simultaneamente em todo o país.

O movimento confluiu para uma grande marcha para a capital federal. Assim, no dia 29 de novembro de 2016, entre 50 e 100 mil manifestantes protestaram em Brasília contra a PEC 55 e a Reforma do Ensino Médio. Diante do enorme aparato repressivo, o conjunto dos militantes enfrentaram a Tropa de Choque e a Cavalaria. A resistência durou horas, mas apesar de todos os esforços dos manifestantes, especialmente aqueles e aquelas que optaram pela tática de autodefesa, como o Black Bloc, não foi suficiente para superar a repressão policial.

Apesar da derrota, a luta na forma da resistência de massas, contribuiu para produzir uma condição subjetiva importante: a disposição para o enfrentamento. Entretanto, toda a expectativa para a realização de uma nova marcha para Brasília, os sindicatos nacionais dos SPFs optaram pela

realização de atos nos estados. Opção que gerou a desmobilização das lutas. Ou seja, enquanto as bases dos SPFs e do movimento estudantil esperavam e tinham as condições subjetivas para uma nova marcha para Brasília, suas esperanças foram frustradas pela posição recuada das direções sindicais burocratizadas. O saldo foi a aprovação da PEC 55 e da Reforma do Ensino Médio.

Em meio a frustração resultante da política equivocada dos sindicatos nacionais, a iniciativa de organização da Plenária de Base dos Setores em Luta representou um esforço, mesmo que inicial, de construir uma alternativa para superar os obstáculos impostos pelas burocracias sindicais.

As mobilizações do primeiro semestre de 2017 se concentraram na resistência contra as Reformas Trabalhistas e da Previdência. Já no mês de março, a palavra de ordem da Greve Geral entrou definitivamente na pauta dos movimentos sociais, especialmente sindicais. As manifestações do dia 8 de março, sob o chamado da Greve Internacional de Mulheres, e a Greve Geral do dia 15 de março apontaram para uma retomada do ascenso das lutas. Entretanto, também já anunciavam o crescimento do conflito entre, de um lado, as burocracias sindicais e, de outro lado, as bases dos movimentos sociais e as iniciativas autônomas de luta e organização.

Sobre a pressão para organizar uma Greve Geral contra as Reformas do Governo Temer, as cúpulas das nove “centrais sindicais”, CUT, CTB, UGT, CGTB, NCST, Força Sindical, CSB, CSP-Conlutas e Intersindical, passaram a se reunir. Essas “nove centrais” podem ser divididas em três blocos: 1) as “centrais sindicais” das máfias sindicais, UGT, CGTB, NCST, Força Sindical, CSB, que reúnem sindicatos e direções sindicais puramente corporativistas e cartoriais, que se perpetuam nas estruturas sindicais há décadas pelas práticas da corrupção e da violência contra as oposições; 2) as “centrais sindicais” atreladas ao bloco político-partidário formado pelo PT, PCdoB e suas forças auxiliares, cujo processo de burocratização durante a Era PT converteu essas entidades sindicais em defensores da ordem burguesa, ao passo que passaram a reproduzir práticas semelhantes àquelas das máfias sindicais; 3) um setor minoritário de oposição formado pela CSP-Conlutas e pela Intersindical, que assumem ações mais combativas, porém não conseguem romper com o conjunto das “centrais”.

Com essa configuração, a plenária das “centrais sindicais” é dominada pelas concepções e práticas sindicais atreladas à ordem burguesa, por isso, a bandeira da Greve Geral se tornou um instrumento para a antecipação dos palanques eleitorais de 2018. Por isso que na data marcada para deflagração da Greve Geral, no dia 28 de abril, a maioria das centrais sindicais no Rio de Janeiro, optaram pela realização de um “ato show”, que na verdade seria um comício no Centro da Cidade. Entretanto, as bases das categorias, principalmente, dos trabalhadores da Educação e os servidores públicos em geral, recusaram a proposta de realização de “ato show” e promoveram uma passeata.

Mesmo com o boicote explícito das burocracias sindicais a passeata reuniu milhares de trabalhadores e trabalhadoras no Centro do Rio. Porém, foi violentamente reprimida pelas formas da

Polícia Militar ainda quando estava deixando sua concentração. O enfrentamento entre as forças policiais e os manifestantes se generalizaram pelas ruas dos Centro da Cidade. Ou seja, como as “centrais sindicais” não conseguiram desmobilizar a realização de uma passeata no dia da Greve Geral, as forças de repressão policial foram acionadas para impedir a manifestação.

A despeito do boicote das “centrais” e da repressão policial, a Greve Geral e a manifestação no Centro do Rio, representaram um momento importante das lutas contra as reformas, em especial pela construção de uma ato pelas bases, conseguindo superar os obstáculos impostos pelas burocracias sindicais.

Cientes da capacidade de mobilização das bases e dos setores autônomos dos movimentos sociais, as “centrais” sindicais lançaram a palavra de ordem “Ocupa Brasília”, com o objetivo de realizar um desfile cívico na Capital Federal. Entretanto, as mobilizações pela base converteram o dia 24 de maio numa enorme manifestação, que reuniu mais de 200 mil pessoas, trabalhadores e trabalhadoras em oposição às Reformas do Governo Temer/PMDB. E, mais uma vez, a repressão policial foi igualmente violenta, entretanto, ao contrário do que aconteceu no ato contra a PEC 55 e durante a Greve Geral do dia 28 de abril, a resistência da classe trabalhadora foi maior. Muitos manifestantes estavam com máscaras para reduzir os efeitos do gás lacrimogênio e setores da CSP-Conlutas se somaram na resistência às forças policiais.

Com o reforço da resistência das bases, a primeira linha de repressão da PM foi rompida pela coluna da CSP-Conlutas e a massa dos manifestantes forçou o recuo da cavalaria. Os enfrentamentos de estenderam por mais de oito horas de confrontos. A resistência só diminuiu quando os carros de som das “centrais” começaram a se retirar por volta das 16 horas. Aqui é importante destacar que a PM baleou o trabalhador aposentado Carlos Geovani Cirilo durante os confrontos.

A Greve Geral do dia 28 de abril e o Ocupa Brasília do dia 24 de maio, não só explicitaram as contradições entre as burocracias sindicais e as bases dos movimentos, mas também explicitaram a radicalização das manifestações de massa e o limite do controle das “centrais” sob o conjunto da classe trabalhadora. Não por acaso essas cúpulas sindicais intensificaram o boicote as lutas contra as Reformas a partir de duas ações: 1) lançaram a palavra de ordem “Diretas Já”, secundarizando as lutas contra as Reformas, e, 2) abandonaram, na prática, a construção de um segundo dia de Greve Geral. Por esses motivos que a Greve Geral do último dia 30 de junho não teve a mesma expressão dos movimentos anteriores.

Sobre a Greve Geral do dia 30 de junho é importante ressaltar que as “centrais” sindicais, com exceção da CSP-Conlutas, abandonaram sua construção, inclusive depois da sua convocação tentaram convertê-la num “dia de mobilizações”. Entretanto, mais uma vez as bases dos movimentos se

articularam e lançaram no Rio de Janeiro uma plenária de construção da Greve Geral. Tal articulação pressionou as cúpulas sindicais que foram obrigadas a manter minimamente as mobilizações.

Aqui é importante destacar que apesar da oposição da CSP-Conlutas na plenária das “centrais”, ela não consegue superar suas próprias limitações. Como a CSP-Conlutas se burocratizou desde sua fundação em 2010, substituindo a CONLUTAS, deixou de fazer o trabalho de base e de oposição efetiva as burocracias sindicais, por isso, continua sem capilaridade social para se converter numa força autônoma do movimento sindical. Por outro lado, sua concepção sindical burocrática a impede de romper com as demais “centrais”.

Com se vê, de fato, as burocracias sindicais representam um obstáculo a construção dos movimentos de resistência contra as Reformas. Seu grau de atrelamento à ordem burguesa é tão grande que foram incorporadas aos instrumentos de desarticulação das lutas populares. E, infelizmente, tiveram êxito, uma vez que, depois do boicote à Greve Geral, a Reforma Trabalhista foi aprovada no Senado sem que qualquer manifestação tivesse sido convocada.

Portanto, a alternativa para a classe trabalhadora é a construção da Greve Geral a partir das bases dos movimentos sindicais, estudantis e populares, rompendo com a plenária das “centrais” e com seu caráter burocrático, que só reúne cúpulas sindicais completamente afastadas das lutas sociais e comprometidas com a ordem. A iniciativa das plenárias de caráter de base e autônomas aponta para a possibilidade dessa superação. Por isso, é fundamental (re)construir o sindicalismo revolucionário.

3. Pela (re)construção do sindicalismo revolucionário

As organizações da classe trabalhadora não surgiram atreladas a ordem burguesa. As organizações de trabalhadores e trabalhadoras foram criadas com autonomia em relação ao Estado, à burguesia e aos partidos políticos eleitorais.

A Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada na Europa em 1864 é a principal referência da organização da história da classe trabalhadora. A AIT reuniu uma pluralidade de organizações da classe trabalhadora, trade-unions, associações operárias, sociedades de resistência, associações de ajuda mútua, cooperativas, uniões de trabalhadores, círculos de educação e cultura proletárias, dentre outras. Da mesma forma que reuniu diferentes concepções do movimento operário da época: mutualistas individualistas, mutualistas coletivistas, anarquistas, comunistas, trade-unionistas, social-democratas.

É no conflito dessa diversidade de organizações e de concepções do movimento operário que encontramos a gênese do sindicalismo revolucionário. No Congresso da AIT de 1868 que as teses das concepções coletivistas foram aprovadas e as bases do sindicalismo revolucionário foram lançadas. As

concepções coletivistas podem ser resumidas em três princípios: 1) a defesa da propriedade coletiva; 2) as organizações da classe trabalhadora são consideradas o germe da sociedade futura; 3) a organização da sociedade socialista significa a livre federação das comunas e associações da classe trabalhadora. Ou seja, as concepções coletivistas materializaram a palavra de ordem: “A emancipação dos trabalhadores, será obra dos próprios trabalhadores”.

Portanto, pode-se afirmar que o sindicalismo revolucionário, que historicamente se desenvolveu depois da AIT no final do século XIX e início século XX, com a fundação da CGT francesa, CNT espanhola, IWW norte-americana, USI italiana, COB brasileira, FORA argentina, dentre outras, defende como princípios: 1) a revolução social, ou seja, a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras, é o resultado das lutas das organizações sindicais e demais movimentos da classe trabalhadora; 2) defender o socialismo é defender a propriedade coletiva; 3) o socialismo é a livre federação das comunas e das associações da classe trabalhadora; 4) a greve geral é um instrumento para a emancipação da classe trabalhadora.

O Congresso da CGT, realizado em 1906 na cidade francesa de Amiens, resumiu as tarefas dos sindicatos revolucionários: primeiro preparar a emancipação completa da classe trabalhadora, que só pode ser alcançado através da expropriação capitalista, e em segundo lugar, a defesa como um meio ação da greve geral e considera os sindicatos, que hoje são responsáveis de resistência, serão, no futuro, os responsáveis pela produção e pela distribuição da riqueza, ou seja, a base da reorganização social.

Como se vê, a concepção do sindicalismo revolucionário se opõe, por exemplo ao sindicalismo da CUT, que no seu congresso de 1986 aprovou que:

“A CUT considera que a definição de um projeto alternativo e a própria conquista do poder político são objetivos legítimos e fundamentais para a classe trabalhadora transformar a sociedade brasileira e eliminar as formas de exploração e opressão sobre os trabalhadores. No entanto, o instrumento fundamental de definição do programa da classe e da estratégia política do poder são os partidos políticos que estiverem efetivamente comprometidos com as aspirações históricas da classe trabalhadora” (Resoluções do II CONCUR, 1986).

A diferença de concepção é nítida, enquanto para o sindicalismo revolucionário é papel dos sindicatos a emancipação dos trabalhadores como obras dos próprios trabalhadores, o sindicalismo cutista define a conquista do poder político com uma tarefa dos partidos políticos comprometidos com a classe trabalhadora.

O princípio da *ação direta* é uma das explicações dessa diferença. O sindicalismo revolucionário defende a *ação direta*, isto é, as ações autônomas e auto-organizadas dos trabalhadores

e trabalhadoras, sem o intermédio de qualquer organismo externo às próprias organizações da classe, sejam partidos, órgãos do Estado, empresas capitalistas, igrejas, etc. Ao contrário dessa concepção, o sindicalismo cutista transfere para os partidos políticos a tarefa da luta pela conquista do poder político, ou seja, retira o protagonismo das organizações sindicais e subordina as próprias ações e lutas dos sindicatos aos interesses de partidos políticos pela conquista do poder.

Ao defender a bandeira “Eleições Diretas Já”, como a saída para a crise social e para impedir as Reformas do Governo Termer/PMDB, o sindicalismo cutista atualiza o princípio da subordinação das lutas sindicais aos interesses eleitorais pela conquista do poder. E os argumentos dos defensores dessa bandeira explicitam sua concepção em defesa da ordem e subordinação das lutas populares: primeiro argumentam que somente um governo eleito pelas urnas teria legitimidade, ou seja, consideram legítimo os governos eleitos para o Estado burguês; em segundo lugar, argumentam que defendem as eleições porque o povo ainda não tem consciência para uma alternativa de tipo socialista, ou seja, o povo estaria sempre despreparado, sem consciência da sua própria condição e sem a direção do seu próprio destino.

Também é importante destacar que a pauta das “Eleições Diretas Já” é inócua, uma vez que é impossível “conquistar o poder político” pela via eleitoral, isto é, sem destruir o sistema de exploração de dominação da sociedade burguesa patriarcal. A autoridade política do cargo da Presidência da República é tão somente a gestão executiva do Estado burguês patriarcal, é o atendimento dos interesses das classes dominantes, seja diretamente, seja via pacto de conciliação de classes. Portanto, a luta é pela emancipação da classe trabalhadora, pela construção do poder popular, socialismo ou barbárie!

Portanto, a *ação direta* é a auto-organização da classe trabalhadora, são os trabalhadores e trabalhadoras assumindo os destinos de suas próprias lutas, negando os princípios da representatividade burguesa, bem como superando o voluntarismo e o espontaneísmo da propagando pelo fato. Ou seja, a *ação direta* é a ação coletiva organizada pela classe trabalhadora inserida nas estratégias de luta e resistência contra o Estado e a burguesia.

Outra diferença fundamental do sindicalismo revolucionário é o papel atribuído à Greve Geral. As “centrais sindicais” burocratizadas, em geral, entendem que a Greve Geral é um dia em que todos os trabalhadores e trabalhadoras ficariam em suas casas. A fala de uma dirigente cutista numa das plenárias das “centrais” no Rio foi bem didática: “A greve geral dos nossos sonhos (*sic*) é o dia em que ninguém vai sair de casa”. Fica explícito, que as atuais burocracias sindicais não têm qualquer compromisso com a Greve Geral histórica criada com estratégia privilegiada de luta do conjunto da classe trabalhadora com o Estado e a burguesia.

A Greve Geral, enquanto estratégia específica de luta, foi debatida e aprovada no Congresso da AIT de 1867, como estratégia de combater a guerra entre as nações imperialistas. Portanto, a insurreição da Comuna de Paris (1871) em oposição à Guerra Franco-prussiana foi a aplicação da estratégia da Greve Geral contra a guerra. A experiência da Comuna de Paris se tornou referência para as lutas internacionais da classe trabalhadora e, por ocasião da organização do sindicalismo revolucionário no final do século XIX e início do século XX, a Greve Geral passou a ser entendida com a estratégia da luta insurrecional revolucionária, inclusive na luta internacional pela redução da jornada de trabalho.

As greves gerais foram deflagradas em todas as partes do mundo, na Europa culminaram com a Revolução Russa de 1917, no contexto da Primeira Guerra Mundial, e também por todo o Continente Americano, incluindo a Greve Geral de 1917 no Brasil contra a carestia de vida e pela redução da jornada de trabalho. Durante a Greve Geral histórica de 1917 em São Paulo, as Ligas dos Bairros foram os centros da organização dos trabalhadores e trabalhadoras, tendo o Comitê de Defesa Proletária como espaço de unificação das lutas e reivindicações. Atuaram, portanto, a exemplo das Comunas e dos Soviéticos, em órgãos de contra poder, ou melhor, de poder popular.

Portanto, na luta contra as Reformas do Governo Temer/PMDB, bem como a luta contra a superexploração de trabalhadores e trabalhadoras contra a máquina genocida do Estado burguês patriarcal, a estratégia tem que ser da Greve Geral Insurrecional, tendo como princípio a ação direta e construída pelas bases autônomas dos movimentos sociais, que por sua vez devem organizar espaços de contra poder, capazes de apontar para a ruptura com a ordem e a construção do poder popular: o socialismo.

4. Propostas de resolução: caminhos para a (re)construção do sindicalismo revolucionário:

4.1. Plano de lutas:

- I. Greve Geral pela Base: a Greve Geral deve ser organizada a partir das bases dos movimentos sindicais, estudantis e populares.
- II. Organizar uma Plenária Autônoma Sindical, Estudantil e Popular, com o objetivo de articular os movimentos sociais pela base para a deflagração e organização da Greve Geral.
- III. Participação da representação da base do Sindscope, com aprovação em assembleia, nos espaços unitários das lutas gerais e construção da resistência contra as Reformas do Governo Temer/PMDB.
- IV. Organizar Comitês de Mobilização nos locais de trabalho, formados por terceirizadxs, estudantes e servidorxs.

V. Organização de Comitês de autodefesa.

VI. Retomar e intensificar a campanha contra o assédio moral e perseguição política nos campi.

VII. Promover debates e reuniões nos campi em defesa da Escola Sem Mordaga.

VIII. Defesa incondicional dos conteúdos e debates sobre diversidade sexual e de gênero.

4.2. Estatuto:

I. Sobre os Núcleos de Base:

I.1. Incluir um segundo parágrafo no artigo 25 com a seguinte redação:

Os Núcleos de Base e de Aposentados são os espaços de organização dos sindicalizados(as) nos seus locais de trabalho e de representação dos mesmos nas demais instâncias do Sindscope.

II.2. Incluir mais um artigo na Seção III:

Nas reuniões ordinárias e extraordinárias da Direção do Sindscope terão a participação de um(a) membro(a) de cada uma dos Núcleos de Base e de Aposentados.

Proponentes:

Glória Tonácio

Marcela Ferreira Azevedo

Marcus Vinicius de Carvalho

Martinha Mendonça

Selmo Nascimento

11- Fortalecer a CSP-Conlutas⁵

No ano do centenário da Revolução Russa, a CSP-Conlutas completa 11 anos de luta ao lado das trabalhadoras, dos trabalhadores, dos explorados e oprimidos. Mais do que nunca é necessário fortalecer esse instrumento junto à base do Sinasefe. A CSP-Conlutas possui hoje em suas fileiras 175 sindicatos, 43 minorias de direção, 113 oposições sindicais, 112 movimentos rurais, incluindo o

⁵ A parte inicial desta dese foi apresentada no CONSINASEFE, assinada pelo Forum Classista.

Moquibom (Movimento Quilombola do Maranhão) e o Movimento Indígena dos Gamela, 20 movimentos urbanos, 1 entidade estudantil e 3 movimentos contra as opressões (Movimento Mulheres em Luta, Movimento Negro Quilombo Raça e Classe e Secretaria LGBT). Entre os sindicatos, citamos o ANDES e o SINASEFE, entidades fundadoras da Central, que estão entre as mais importantes entidades da educação brasileira, que lutaram e lutam contra todos os ataques à classe trabalhadora desde suas fundações.

A CSP-Conlutas tem orgulho de construir no dia a dia as lutas com os setores mais explorados e oprimidos da nossa sociedade. Durante as ocupações das escolas, que ocorreram no ano passado e que tinham como pauta a luta contra a PEC 241, contra a Reforma do Ensino Médio (Medida Provisória 247) e contra o Projeto de Lei Escola Sem Partido, a Central, junto aos sindicatos, foi um ponto de apoio aos estudantes, proporcionando suporte político, financeiro e jurídico ao movimento.

Em dezembro de 2016, o governo de Temer enviou para o Congresso a PEC 287, mais conhecida como a Reforma da Previdência. Caso aprovada, irá acabar com o direito à aposentadoria. Porém, é importante ressaltar que essa não é a primeira reforma que sofre a previdência. Tanto o governo FHC quanto o governo do PT, representado por Lula e Dilma, realizaram mudanças no sistema previdenciário, que dificultam o acesso à aposentadoria por parte dos trabalhadores. Um exemplo disso é o FUNPRESP, implementado em 2014 por Dilma Rousseff. A CSP-Conlutas, que nasceu em 2003, ano da Reforma da Previdência de Lula, tem sido vanguarda na luta contra esse desmonte da previdência pública, organizando a resistência em todos os locais onde atua e construindo nacionalmente, de maneira incansável, a greve geral. Fortalecer a nossa Central é também contribuir efetivamente para derrotar esse brutal ataque, que junto com a Reforma Trabalhista, visa atender às exigências do capital financeiro para desviar recursos de áreas sociais para o pagamento de juros da dívida pública, com o sacrifício do trabalhador.

Enquanto a CUT defendia a Reforma de 2003, que acabava com a integralidade da aposentadoria dos servidores públicos e definia que os aposentados receberiam somente o teto do INSS (2.400 reais na época) e incluía a idade mínima como requisito para o acesso ao benefício, milhares de militantes deixavam suas fileiras para construir um novo instrumento de luta, que na época se chamava Coordenação Nacional de Luta – Conlutas.

A Coordenação, que posteriormente passou a chamar-se CSP-Conlutas, tem sido uma ferramenta em defesa da classe trabalhadora pautada na independência dos governos e patrões. Diferente de algumas Centrais como a CUT, a CTB, a Força Sindical e a UGT, que, por sua ligação com os governos, têm negociado abertamente a Reforma da Previdência, a CSP-Conlutas se recusa a participar das mesas de negociação por entender que não há nada de positivo para a classe nessa

Reforma. Ao contrário, vem mobilizando as trabalhadoras e trabalhadores a construir os comitês contra os ataques e a Greve Geral.

Durante o governo do PT, outros ataques importantes foram desferidos contra a classe e prejudicaram especialmente as mulheres trabalhadoras. Um exemplo importante é o das Medidas Provisórias 664 e 665, que dificultam o acesso ao seguro-desemprego e à pensão por morte. Outro exemplo igualmente grave é o da implementação do Programa de Proteção ao Emprego (PPE), que reduz salários de trabalhadores e que foi negociado pela própria CUT.

A reforma trabalhista, com o entendimento de que o “negociado” se sobrepõe ao “legislado”, propõe o aumento da jornada de trabalho de 8 para 12 horas, põe em risco o 13º salário e as férias, que passariam a ser concedidas de acordo com a conveniência dos patrões.

Para apressar sua aprovação, o governo Temer tem desengavetado projetos antigos que estavam com tramitação suspensa e forçando sua reentrada em pauta, para serem aprovados a “toque de caixa”, sem qualquer debate na atual legislatura com a sociedade ou sindicatos. Foi o caso do PL 4.302/1998, que legaliza a terceirização em todas as atividades de empresas privadas e do setor público, e que já havia sido aprovado no Senado durante o governo FHC e percorrido todo o caminho de tramitação nas comissões.

Para combater os ataques de forma efetiva, a CSP-Conlutas, neste ano, em sua 1ª Coordenação Nacional, de 3 a 5 de fevereiro, realizou um Seminário Nacional contra a Reforma da Previdência, que contou com a presença de cerca de 700 militantes das suas fileiras internas e de outras entidades. Houve o lançamento da cartilha, do cartaz e dos adesivos contra a reforma da Previdência. Na última Coordenação, realizada entre os dias 10 e 12 de junho, foi organizada uma mesa que debateu as opressões e as consequências das Reformas e demais ataques na vida dos setores oprimidos.

As lutas dos setores oprimidos são parte da luta pela emancipação da classe trabalhadora, já que a opressão está a serviço da exploração e representa um dos pilares de sustentação do sistema capitalista. A CSP-Conlutas entende, portanto, que o combate às opressões é uma luta de todas/os, sem deixar de defender que aquelas/es que fazem parte desses setores devem estar à frente do processo, pois são as/os que sofrem diretamente com a opressão.

Portanto, além de se fazer presente nas lutas contra as opressões nos momentos de ataque à classe, como os anteriormente citados, A CSP-Conlutas desenvolve um trabalho específico de combate ao machismo, ao racismo e à LGBTfobia, pela construção dos setoriais de opressões que fazem parte da Central. O Setorial de Mulheres, que conta com o Movimento Mulheres em Luta (MML) e demais agrupamento de mulheres, O Movimento Negro Quilombo, Raça e Classe e a Secretaria LGBT têm como tarefa desenvolver as lutas das mulheres, dos negros e negras e das/os LGBTs, elaborando as políticas de combate às opressões junto aos sindicatos e na sociedade. Organizam também o trabalho

de formação política da Central sobre os temas de opressão e auxiliam os sindicatos filiados na elaboração de cursos, Grupos de Trabalho e palestras.

O protagonismo da CSP-Conlutas na conjuntura atual foi fundamental para a construção de um calendário vitorioso de atividades e manifestações contra os governos e seus ataques. O 8 de março, dia em que foi realizada uma greve internacional de mulheres, impulsionou outros dias de luta da classe, como os dias 15 e 31 de março, o dia 24 de maio em Brasília e os dois dias de Greve Geral, o primeiro realizado no dia 28 de Abril e o segundo no dia 30 de Junho. É importante ressaltar que o dia 28 foi reconhecido como o dia da maior Greve Geral da história do Brasil. A partir dessa vitória, a CSP-Conlutas defendeu que uma nova Greve Geral de 48 horas fosse construída, porém não houve acordo com as demais centrais, que além da imposição de apenas um dia de greve numa sexta-feira, desmontaram o processo de mobilização, traindo mais uma vez o movimento e a classe.

É preciso que as demais centrais sindicais façam como a CSP - Conlutas e venham às ruas com o objetivo de unificar as lutas da juventude que ocuparam milhares de escolas em 2016, as lutas das mulheres, dos negros e negras e dos setores LGBT, as lutas pelas campanhas salariais e contra as Reformas Trabalhista e da Previdência e contra o Projeto de Terceirização. Para essa tarefa, os militantes do SINASEFE que hoje acreditam no poder da classe trabalhadora e na Central como um pólo aglutinador de lutadoras e lutadores, querem contar com você para fortalecer a CSP-Conlutas em nossa base. É através da atuação da Central Sindical que as diversas categorias podem unificar suas lutas e dialogar para definir quais os melhores caminhos para a classe trabalhadora num determinado momento. Entendemos que um sindicato sozinho não constrói uma Greve Geral ou uma marcha de centenas de milhares de pessoas em Brasília. Portanto, é fundamental que os sindicatos e suas bases lutem pela filiação à Central que hoje realmente representa as trabalhadoras e trabalhadores do país.

Por mais combativo que seja o Sinasefe e o Sindscope, é necessária a unidade do conjunto da classe trabalhadora, dos movimentos populares, de todos os setores explorados e oprimidos para enfrentar os ataques dos governos aliados dos patrões. A CSP une a luta dos Guarani-Kaiowá, dos indígenas Gamela, do Moquibom (Movimento Quilombola do Maranhão) dos desempregados, dos terceirizados, dos aposentados, dos metalúrgicos, dos trabalhadores da construção civil, dos servidores públicos, dos profissionais de educação, dos estudantes, dos negros e negras, das mulheres e LGBTs. Nossa Central, Sindical e Popular tem que se fortalecer para continuar construindo o processo de lutas para derrubar o governo Temer e suas Reformas.

A CSP-Conlutas também tem estado na vanguarda da luta pela unificação dos movimentos sociais e sindicais combativos, que não se deixaram cooptar durante o governo de conciliação de classes do PT.

Esse foi o princípio que orientou a CSP-Conlutas, ao propor a realização do Conclat (junho de 2010, Santos/SP), do Espaço de Unidade de Ação, em 2015/2016, e da presente construção de um terceiro campo de lutadores para se constituir como uma alternativa real de poder à classe trabalhadora, com base no princípio da independência de classe, tendo como horizonte estratégico a luta pelo socialismo.

Para fortalecer a CSP-Conlutas na base do Sinasefe, é importante enraizar ainda mais nossa central na base das seções sindicais, buscando construir a filiação direta nas seções onde essa discussão já estiver avançada e promovendo debates com vistas à filiação em todas as demais seções do nosso sindicato nacional, ou defendendo a manutenção da filiação no caso dos sindicatos ou seções já filiadas. Assim, estaremos fortalecendo financeiramente as regionais da CSP-Conlutas em cada estado, potencializando as lutas em cada canto deste país.

Particularmente, no Estado do Rio de Janeiro, a CSP Conlutas tem tido um papel de suma importância nas lutas das trabalhadoras e trabalhadores.

Quando o Governo Cabral em 2013, apoiado por Temer, Lula e Dilma, festejava a decisão de sediar a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas, a CSP Conlutas saía às ruas denunciando os gastos com esses eventos, enquanto à educação e a saúde do estado estavam totalmente precarizadas. E gritava em alto e bom som, juntamente, com as trabalhadoras, trabalhadores e estudantes; Fora Cabral, Fora Paes!

Hoje a realidade comprova as denúncias feitas naquele momento

Assim foi também, com os desempregados do COMPERJ, ajudando na organização, nas lutas e no apoio financeiro ao SOS EMPREGO, seja com cestas básicas, seja com rateio financeiro solidário das entidades filiadas para sobrevivência das trabalhadoras e trabalhadores desempregados.

Pois esse é o papel de uma Central de luta que é contra o imposto sindical e por isso se sustenta pela arrecadação das suas entidades filiadas para fazer a luta e a solidariedade das trabalhadoras e trabalhadores.

Na conjuntura atual do RJ, lutando contra os ataques do Governo Pezão e em defesa das servidoras e servidores do Estado, a CSP Conlutas do Rio de Janeiro tem o reconhecimento de todo o movimento sindical, popular, de opressões e estudantil do Rio de Janeiro, que apesar de existirem diferenças de concepção, admitem a contribuição da Central para a defesa dos interesses da classe trabalhadora do RJ.

A hora é de somar e não dividir.

Trabalhar até morrer não dá! Fortalecer a CSP-Conlutas Já!

Proponentes:

Albano Teixeira (SC III)

Elisa Guimarães (H II)

Elizabeth Dau (EN I)

Luiz Sergio (SC III)

Mariana Carreira (H II)

BLOCO 2 – Teses de Conjuntura (Primeira Parte)

12- Tese Em Defesa Da Unificação Das Entidades

O Colégio Pedro II é uma das poucas bases do SINASEFE que possui duas entidades entre seus servidores. Essas entidades têm uma história vinculada ao processo de organização dos servidores públicos federais no período final da ditadura militar e que antecede a consolidação do SINASEFE como entidade sindical nacional representativa dos docentes e taes do EBTT. É o

SINASEFE que unifica a nossa luta nacionalmente e nos representa nas negociações com o governo. O SINDSCOPE, seção do SINASEFE, representa técnicos e docentes do Colégio Pedro II, mas o CPII segue tendo duas entidades: SINDSCOPE e ADCPII.

Acreditamos que a unificação entre as duas entidades seria fundamental para fortalecer a luta dos servidores do Colégio Pedro II em defesa de uma educação pública de qualidade e por uma sociedade com justiça e igualdade.

Unificar nossas militâncias, unificar nossos recursos, construindo uma entidade que agrupe todos os grupos, coletivos e opiniões existentes entre os servidores representa um avanço na organização dos servidores do Colégio Pedro II.

Propomos que o CONSINDSCOPE aprove a unificação das entidades e encaminhe, junto a ADCPII, um Congresso de Unificação das entidades para o início de 2018.

Proponentes:

Alcebíades Teixeira (SC III)

Luiz Sergio Ribeiro (SC III)

Marcela Ferreira Azeredo (SC III)

Wolney Vianna Malafaia (SC III)

Maria Cristina Galvão (SC I)

BLOCO 2 – Teses de Conjuntura (Segunda Parte)

13- Contra Toda Forma de Opressão que Serve à Exploração do Capital

A presente tese tem como objetivo discutir as formas de opressão presentes na sociedade, pontuando o fato de que o machismo, o racismo e a LGBTfobia estão intimamente ligados entre si e também à exploração do trabalho. É importante destacar o fato de que a violência e a discriminação a que estão sujeitos os setores oprimidos também estão presentes no meio sindical, de trabalho e de estudo.

O machismo, por exemplo, em nosso entendimento, é a principal causa do número desigual entre homens e mulheres em cargos de direção de nossas organizações sindicais e na composição de mesas de debates políticos, assim como do desconforto que muitas das companheiras sentem ao colocar suas posições em público por meio de intervenções. Infelizmente, as mulheres militantes, ainda se deparam constantemente com casos de assédio moral e sexual, agressão psicológica, ameaças, “piadas” e “brincadeiras” no meio sindical. As mães sofrem com a falta de entendimento, inclusive por parte de companheiras, da dificuldade que encontram para militar e cumprir suas tarefas políticas e sindicais.

Além da violência física e do perigo constante a que são submetidas, os LGBTs sofrem com a exclusão do mundo do trabalho e do estudo. Muitos deixam a escola ou a universidade devido à insegurança, às agressões e às humilhações. A exploração capitalista reserva aos LGBTs os piores empregos e os mais baixos salários. Têm seus direitos negados e geralmente são obrigados a esconder sua orientação sexual ou sua identidade de gênero e a se abster das lutas da classe trabalhadora para que possam manter seus empregos. Representam grande parte dos milhões de desempregados do país, sendo que a expectativa de voltar a encontrar trabalho é extremamente baixa. Compõem, em sua maioria, os setores terceirizados e mais precarizados, sem direito a vínculo e estabilidade nos empregos.

É preciso por fim ao genocídio da população negra e pobre. É preciso desmascarar o mito da democracia racial. O preconceito existe e se reflete no fato das cotas raciais serem polêmicas ainda hoje, inclusive no meio sindical. Muitos dos que as consideram injustas, não adaptadas ao mérito individual, se utilizam do argumento de que podem rebaixar a qualidade do ensino e da educação. Porém, este debate superficial não analisa com profundidade as estruturas educacionais injustas, nem tampouco as relações raciais marcadas por profundas desigualdades sociais e discriminações. São necessárias políticas de ações afirmativas como medidas reparatórias para superar as distorções sociais históricas.

É fundamental que todos participem e se apropriem da discussão sobre as opressões, inclusive aqueles que não fazem parte dos setores oprimidos, pois elas estão intimamente relacionadas à exploração do trabalho, já que o capitalismo se beneficia do machismo, do racismo e da LGBTfobia por nos dividir enquanto classe.

As contrarreformas em curso atingem duramente os setores oprimidos

A Reforma da Previdência, que está para ser votada, pretende aumentar a idade mínima e o tempo de contribuição e igualar o tempo de serviço entre mulheres e homens, desconsiderando a dupla

e, em muitos casos, tripla jornada de trabalho que as mulheres enfrentam diariamente. Ainda hoje, as mulheres ganham em torno de 30% menos que os homens, ocupando o mesmo cargo. No caso das mulheres negras, a situação é ainda mais grave, chegando a 40% a diferença entre os salários. Ocupam os postos de trabalho mais precarizados, sendo maioria entre os trabalhadores que integram a informalidade, sem direito a conquistas básicas como carteira assinada, décimo terceiro salário e férias. No Brasil, aproximadamente 95% das mulheres transexuais encontra-se em situação de prostituição segundo a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Menos de 1% dessas mulheres completa a educação básica.

O desemprego no país chega à casa de 13,5 milhões, segundo o IBGE. As recentes medidas dirigidas por Temer tiram direitos, atinge aposentadoria, congela salários, promove cortes na área social e incentiva a doutrinação no ensino através de reformas. Essas medidas são apontadas pela mídia burguesa e governo como necessárias para enfrentar a crise e estabelecer a “confiança dos agentes econômicos”- FMI, bancos e empresas. São medidas que penalizam ainda mais os setores oprimidos e visam resolver a crise do capital aumentando a exploração da classe trabalhadora.

Além do pacote de maldades do governo federal, que são as Reformas e a terceirização, o governo vem realizando cortes em serviços essenciais, como por exemplo, o atendimento às mulheres em situação de violência, que cairá em 74% no ano que vem, a demarcação de terras indígenas e quilombolas, que foi reduzida em 15%, e a política de combate às drogas em 46,14%, enquanto a previsão de gastos com os juros para pagamento da dívida cresceu em 20%. Cabe ressaltar que esses cortes já estavam sendo realizados desde os governos de Dilma. Vale lembrar que ainda em 2015 houve redução de R\$ 69,9 bilhões das verbas para as políticas públicas, sendo a maior fatia retirada da educação e da saúde.

As mulheres, que já acumulam duplas ou triplas jornadas de trabalho, vêm sofrendo ataques importantes, desferidos contra a classe e que prejudicaram especialmente as trabalhadoras. Um exemplo importante é o das Medidas Provisórias 664 e 665, que dificultam o acesso ao seguro-desemprego e à pensão por morte. Outro exemplo igualmente grave é o da implementação do Programa de Proteção ao Emprego (PPE), que reduz salários de trabalhadores e que dificulta a vida da mulher trabalhadora, em especial as negras.

A reforma trabalhista, aprovada no senado no dia 11 de julho, com o entendimento de que o “negociado” se sobrepõe ao “legislado”, propõe o aumento da jornada de trabalho de 8 para 12 horas, põe em risco o 13º salário e as férias, que passariam a ser concedidas de acordo com a conveniência dos patrões.

Se o conjunto da classe trabalhadora sofrerá com as contrarreformas em curso, mais ainda sofrerão os setores oprimidos, negros, mulheres e lgbts, que já recebem os piores salários e trabalham em piores condições.

Há um genocídio em curso

A análise do número de assassinatos de mulheres cometidos durante as últimas décadas coloca o Brasil em 5º lugar no ranking de países em crimes do tipo. Segundo dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), mais de 100.000 mulheres foram assassinadas entre 1980 e 2013, num ritmo crescente ao longo dos anos.⁶ De acordo com o Atlas da Violência 2016, elaborado pelo IPEA, 13 mulheres são mortas por dia no país, tomando como referência o ano de 2014, o que resulta no chocante número de 4.757 mulheres assassinadas por ano. Apesar da criação da Lei Maria da Penha, em 2006, e da Lei do Feminicídio (que torna o feminicídio crime hediondo), em 2015, foi registrado um crescimento de 11,6% na taxa de homicídios de mulheres entre 2004 e 2014.⁷

A cada 11 minutos, uma mulher é estuprada no Brasil. Segundo o 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), foram registrados mais de 40.000 casos de estupro no país, somente em 2015. Devido à culpabilização da vítima de estupro e da descrença enfrentada pelas mulheres que denunciam seus agressores, estima-se que o número de registros realizados por ano represente apenas 10% dos casos reais.⁸

A violência contra as mulheres e a juventude negra vem crescendo ao longo dos anos, o que demonstra não apenas a combinação do machismo e do racismo, mas um fenômeno de feminicídio e genocídio. Segundo estimativas do mapa da violência de 2015, em 10 anos houve um crescimento de homicídio de mulheres negras de 54,7% para um decréscimo de 9,8% entre as mulheres brancas; e em relação à juventude negra o crescimento de homicídio foi de 32% nos últimos dez anos.

Vale lembrar que o Brasil possui hoje a segunda maior população negra fora da África. Também é oportuno destacar que, no período da escravidão moderna, o país recebeu cerca de 4 a 12 milhões de negros traficados da África, num processo que durou cerca de 350 anos, em contraste com apenas 128 anos de trabalho livre, no qual os negros e negras foram transformados em “cidadãos de

⁶ http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

⁷

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160322_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf

⁸ http://www.forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf

segunda classe” e são hoje o setor mais vulnerável - representam 70,6% do setor de serviços em contratos precarizados e terceirizados.

No mês de maio de 2018, a abolição da escravatura completou 130 anos. Após esse processo, ocorrido em 1888, nenhuma política brasileira foi realizada para inserir o negro na sociedade de classes. Esta incorporação foi realizada de maneira marginal e pelos próprios negros, que para sobreviverem, ocuparam-se de subempregos, se instalaram nas favelas e palafitas das cidades, convivendo até os dias de hoje com a falta de políticas públicas básicas. É preciso denunciar os inúmeros casos de racismo e desmascarar a farsa da abolição e o mito da democracia racial brasileira. Denunciar o genocídio da população pobre e negra que pode ser visto todos os dias nos noticiários do Rio de Janeiro, a violência policial que massacra a população das favelas, matando inclusive crianças.

Também é importante pontuar a combinação entre a LGBTfobia e o racismo. Pesquisas atuais mostram que nos Estados Unidos a taxa de suicídio entre as transexuais negras é de 49%, contra 41% entre todas as trans e 1,6% na população em geral. O desemprego entre as trans negras chega a 26%, contra 14% entre as trans em geral e 7% entre a população em geral. 32% perderam seus empregos por causa da identidade de gênero, 48% tiveram empregos negados e 50% são relegadas à prostituição ou ao tráfico de drogas.

A expectativa de vida de uma mulher trans no Brasil é de 35 anos, menos da metade da expectativa de vida da população geral, que é de 74,4 anos. Nos últimos quatro anos, mais de 1300 LGBTs foram assassinados no Brasil, o que significa que a cada 25 horas morre um LGBT e que 40% dos assassinatos LGBTfóbicos do mundo ocorrem aqui. É importante pontuar que esses crimes são geralmente antecidos de tortura e cometidos com requintes de crueldade, como apedrejamento, espancamento, enforcamento, queima do corpo e empalamento. Estima-se que ocorrem 500.000 estupros por ano no país. Entre esses casos, estão os chamados estupros corretivos, praticados contra as lésbicas, bissexuais e transexuais, com o objetivo de “corrigir” a orientação sexual ou a identidade de gênero. Os setores LGBT sofrem com a extrema violência, presente de forma constante no país que ocupa o primeiro lugar no ranking mundial em assassinatos de LGBTs. A taxa de suicídio no setor é imensa e ocorre pelo preconceito que sofrem em seus locais de estudo e de trabalho e pelo medo que sentem, tanto dentro de suas casas quanto nas ruas.

A violência contra os setores oprimidos, mulheres, lgbts, negros precisa ser detida e criminalizada. Mas é necessário que estes setores se organizem e garantam a sua autodefesa. Há um genocídio em curso da população pobre negra e favelada que precisa ser detido.

Machismo e o sindicato

A relação entre a exploração do trabalho e as opressões é estreita. O sistema capitalista lucra com a diferença de oportunidades entre mulheres e homens, negros e brancos, heterossexuais e LGBTs, pois divide a classe trabalhadora. É importante o entendimento de que o meio sindical não está imune às opressões, e muitas vezes elas são reproduzidas entre as e os militantes.

As agressões que sofrem os setores oprimidos e a formalidade com que são tratados os casos afastam as servidoras e servidores da luta e criam uma sensação de impunidade, inibindo inclusive que mais denúncias sejam realizadas.

As mulheres acumulam jornadas de trabalho, pois são, na maioria dos casos, as responsáveis pelas tarefas domésticas. Por ter que conciliá-las ao trabalho e à militância, o tempo que sobra para a formação política é pequeno. São confrontadas com “piadas” e “brincadeiras”, por parte de companheiros, inclusive de dirigentes e militantes da nossa entidade e de suas seções sindicais, que na realidade representam uma forma “sutil” de assédio sexual e agressão. Em alguns casos, companheiros chegam ao nível de agredir fisicamente funcionárias dos sindicatos e dos locais de hospedagem e reuniões, agarrando e tocando seus corpos sem permissão.

As mulheres mães muitas vezes não contam com a compreensão dos companheiros, e infelizmente, de algumas companheiras, sobre suas necessidades especiais e sobre a particularidade de suas rotinas e horários, que comparam sua situação a de companheiros homens que eventualmente levam seus filhos às reuniões ou saem em horários avançados e que ignoram o machismo histórico que vem oprimindo, agredindo e matando as mulheres ao longo dos anos. É importante, portanto, a compreensão de que, em determinados momentos, não basta termos uma política de recreação no sindicato durante uma reunião que acontece à noite. Há casos em que diretoras sindicais, que acumulam funções e tarefas concernentes ao cargo, precisam de um esquema especial, pois as reuniões geralmente terminam em horários avançados e seus filhos precisam se alimentar bem e dormir pra que possam estar cedo na escola no dia seguinte. A alternância de horários de reunião é fundamental para garantir a presença e a participação das mães nas reuniões de diretoria, já que na maioria das vezes é a única responsável pelas tarefas com os filhos. É importante o cuidado com as finanças do sindicato, porém é uma questão política a análise individual da situação das mulheres mães que se propõem a cumprir a tarefa de direção, assim como a garantia de sua participação nas reuniões. Este é um assunto que precisa ser discutido com profundidade entre as demais diretoras e diretores e também junto às bases.

Os setores LGBTs e as mulheres enfrentam o perigo quando deixam os espaços de reuniões sindicais em horários avançados, já que o estupro e a agressão física são uma realidade cotidiana na sociedade.

Portanto, é fundamental que o SINDSCOPE, em especial as companheiras e companheiros que hoje assumem sua direção, se comprometa com o debate sobre as opressões de forma séria e consequente, já que pretende ser um sindicato que defende os direitos das trabalhadoras/es.

Conclusão

É importante pontuar que quase nada vem sendo feito ao longo dos anos pelos governos para amenizar a situação de extrema exploração e violência por que passam os setores oprimidos. Dilma Rousseff, antes mesmo de chegar à presidência, prometeu apoio à bancada fundamentalista assinando a “Carta ao Povo de Deus”, que consistia de um manifesto em defesa da família tradicional e de um compromisso de que nada seria feito em relação ao aborto e aos direitos dos LGBTs. Coerente com a assinatura, Dilma vetou o Kit anti-homofobia nas escolas e não aprovou o PLC 122, que criminalizava a LGBTfobia, duas medidas que poderiam ter representado um avanço importante no combate à opressão dos LGBTs. Resultado: os chocantes dados citados acima, relacionados aos assassinatos de LGBT, se intensificaram durante o governo do PT se comparados aos do governo anterior. São contabilizadas 2.980 mortes durante o governo Lula/Dilma contra 1.023 mortes durante o mandato de FHC. Apesar da criação da Lei Maria da Penha, em 2006, e da Lei do Feminicídio (que torna o feminicídio crime hediondo), em 2015, foi registrado um crescimento de 11,6% na taxa de homicídios de mulheres entre 2004 e 2014.⁹

Os sucessivos governos não têm apresentado políticas consistentes de combate ao racismo. Algumas políticas de ações afirmativas pontuais relacionadas às cotas raciais nas universidades, Estatuto da Igualdade Racial (destituído de suas principais reivindicações) e a Lei 10.639/03 (que institui o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas) foram implementadas, porém pelo processo de coisificação do negro neste país é preciso instituir políticas reparatórias constantes.

Os PLs 664 e 665, que dificultam o acesso à pensão por morte, ao seguro desemprego, ao abono salarial e ao auxílio-doença e prejudicam diretamente as mulheres, foram concebidos e aprovados em 2015, durante seu mandato. Apesar das manifestações e profundas discussões elaboradas pelos movimentos feministas pela legalização do aborto, até hoje mulheres morrem todos os dias em clínicas clandestinas, em especial as mulheres negras, já que a prática do aborto no Brasil é ilegal e considerada crime. O projeto que regulamenta a terceirização e condena milhões de mulheres trabalhadoras a mais

brutal precarização do trabalho foi também criado em 2015, durante o governo do PT, e aprofundado e aprovado em abril de 2017, durante o Governo Temer, antigo vice-presidente de Dilma.

Enquanto socialistas, defendemos a construção de uma nova sociedade, sem classes sociais, pois entendemos que por dentro do sistema capitalista não é possível a total libertação da classe trabalhadora e tampouco o fim da opressão e da exploração. Essa conquista só será possível por meio de uma revolução socialista, que coloque os operários, os oprimidos e o povo pobre no poder. Porém, entendemos como essencial a discussão e realização de medidas e deliberações que caminhem no sentido do fortalecimento dos setores oprimidos, para que possam, junto aos demais setores da classe trabalhadora, travar as batalhas necessárias à sua emancipação. Tais discussões e medidas devem partir dos espaços sindicais, que, por seu potencial de organização das categorias de trabalhadoras e trabalhadores, representam o embrião das transformações radicais necessárias à construção de uma sociedade livre do machismo, do racismo, da LGBTfobia e da dominação e exploração: uma sociedade socialista.

Proponentes:

Albano Teixeira (SC III)

Elisa Guimarães (H II)

Elizabeth Dau (EN I)

Luiz Sergio (SC III)

Mariana Carreira (H II)

14- Pela Mais Ampla Democracia Pela Base no SINDSCOPE!

Um problema profundamente atual neste momento em nossa sociedade e, particularmente, para os trabalhadores, se refere ao processo de burocratização das organizações sindicais e em como enfrentá-lo.

Identificamos as raízes objetivas deste processo de burocratização. Vimos que é uma tendência geral dos sindicatos na fase imperialista do capitalismo, aproximar-se cada vez mais do Estado, buscando com estes uma parceria para enfrentar o poder cada vez maior dos monopólios e oligopólios capitalistas. E, na medida em que o Estado não é neutro e sim um instrumento de domínio de uma classe ou um conjunto de classes sobre

outras, no caso, as diversas frações burguesas detentoras do capital, os sindicatos acabam se movendo para uma prática de colaboração e parceria com o próprio capital, abrindo mão que questionar suas bases fundamentais.

A adoção da parceria e da colaboração com o capital leva necessariamente ao abandono da defesa dos interesses dos trabalhadores. Daí a necessidade que esta concepção reformista de ação sindical tem de apoiar-se em uma estrutura de organização burocrática, fora do controle dos trabalhadores.

Compreendemos então, com a discussão até aqui, que para além dos problemas relacionados com a falta de democracia, ausência de organização e controle pela base, e de privilégios materiais para os dirigentes, o processo de burocratização implica no não desenvolvimento e/ou no abandono de um programa classista, autônomo, das propostas transformadoras desta sociedade em que vivemos.

Aos poucos os sindicatos passam a praticar uma ação sindical limitada ao “possível” dentro da situação dada, ou seja, dentro dos limites do capitalismo. Deixam de relacionar a luta econômica (marca mais característica dos sindicatos) com a luta política contra o capitalismo e começam objetivamente a praticar sindicalismo reformista. Este, por mais combativo e honesto que seja, não pode fazer mais ajudar a perpetuar a exploração da classe trabalhadora.

A experiência da CUT e de seus sindicatos de base traz muitas indicações importantes acerca dos problemas inerentes à atuação dentro da estrutura sindical. Não só a adaptação aos limites do capitalismo e do regime democrático burguês vivida pela Articulação Sindical, mas também o processo de burocratização que afetou os setores mais à esquerda da Central, mostram claramente que, a ameaça de burocratização e distanciamento dos reais interesses dos trabalhadores pode incorrer em qualquer organização sindical por mais bem intencionados que sejam seus fundadores, participantes e militantes, caso não sejam enfrentados e superados, não só os aspectos objetivos que propiciem este processo como também a permanente discussão sobre todos os limites, desafios e pressões que uma entidade sindical combativa pode enfrentar.

A natureza da luta e da tarefa dos sindicatos não deixa lugar à dúvida: a independência política destas organizações frente a burguesia, seus governos e ao Estado é condição indispensável para que ele possa desempenhar suas funções de acordo com os interesses dos trabalhadores.

A experiência, antiga e recente, da classe trabalhadora em relação a este tema, mostra claramente que a perda de independência leva necessariamente ao abandono da defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores em favor da defesa dos interesses da burguesia. A CUT é só o exemplo mais recente, não é o único. A independência deve se dar na esfera política e administrativa, mas também na dimensão financeira. Não há organização independente do Estado ou de um governo, ou da burguesia, se é financiada por estas instituições.

Por isso não depender do imposto sindical e de qualquer outra verba que provenha dos cofres do Estado burguês é uma condição fundamental para alicerçar esta independência política. Neste ponto os sindicatos dos servidores públicos já possuem uma experiência histórica muito valiosa para o conjunto de toda a classe trabalhadora brasileira.

A independência frente à burguesia pressupõe a rejeição e a denúncia de qualquer pacto social, e práticas de conciliação, tripartismo, etc., bem como a rejeição de qualquer tipo de financiamento do sindicato pelas empresas. Frente ao Estado e seus governos, a defesa da independência de classe significa o rechaço a qualquer

tipo de controle e monitoramento dos sindicatos por parte destas instituições, a recusa em participar de órgãos estatais.

O sindicato para cumprir sua função, de unir e organizar os trabalhadores para a luta em defesa dos seus direitos e interesses comuns, precisa ter a capacidade de reunir em seu interior todos os trabalhadores, independentemente de suas opiniões ideológicas e de suas opções partidárias. Ele não pode, portanto, vincular-se ou atrelar-se a nenhum partido, pois, caso isso ocorra o sindicato perde a capacidade de organizar em seu interior os trabalhadores que não concordam com aquele partido.

As decisões do sindicato devem ser tomadas nas suas instancias, soberanamente, pelos trabalhadores que fazem parte delas. Não podem ser definidas ou impostas por qualquer partido ou organização externa ao sindicato, pois isto significaria uma agressão aos direitos democráticos dos trabalhadores que compõem a entidade.

No entanto, estabelecido isto, é preciso evitar confusões que eventualmente aparecem no interior do movimento. A autonomia do sindicato em relação aos partidos não significa apoliticismo. O sindicato precisa ter opiniões e posições políticas frente aos acontecimentos do país. A luta política é parte constitutiva e fundamental de uma ação sindical exercida na defesa dos interesses dos trabalhadores.

Tampouco a autonomia frente aos partidos pode ser confundida com o rechaço à participação da militância dos partidos do campo da classe trabalhadora no interior dos sindicatos. Os trabalhadores que são militantes partidários têm tanto direito quanto os que não são, de defender suas ideias dentro das instancias dos sindicatos. E de lutar para dirigir politicamente a entidade, sempre quando respeitarem as regras de funcionamento da mesma.

Respeitar suas regras de funcionamento deve ser entendido aqui como respeitar, garantir e ampliar a democracia no sindicato pela base, o que para nós se sintetiza na expressão democracia operária, pois historicamente, esta classe engendrada pelo próprio desenvolvimento do capitalismo, quando se movimenta no sentido de se organizar tem como princípio inicial estabelecer formas de participação na forma de conselhos ou assembleias.

Aparentemente simples, no entanto difícil de ser incorporado no dia a dia da nossa ação na direção das entidades: a democracia e o controle pela base são essenciais porque o sindicato é dos trabalhadores e só através destes mecanismos eles podem apossar de sua entidade e dar a ela o fim que desejarem. Todo o resto significa usurpação de poder. Por isso a democracia operária, que a base decida, é para nós um princípio. Mesmo (e principalmente) quando a base decide contra a nossa opinião ou vontade.

Mas para além disso, a democracia e o controle da base são fundamentais para potencializar a luta, a mobilização dos trabalhadores, em defesa de seus interesses. Toda luta, se decidida e controlada pelos próprios trabalhadores que dela participam, será mais forte obviamente. A democracia e o controle pela base de uma organização são também o melhor antídoto a qualquer processo de cooptação de sua direção e degeneração burocrática da entidade.

Nosso sindicato por ter se criado à margem da legislação oficial estatal teve o privilégio de poder ao longo de sua existência estabelecer uma série de características em sua conformação que já representam um

grande patrimônio na luta pela construção da democracia dos trabalhadores. A existência da figura dos delegados de base e dos núcleos de base pelos *campi* são um exemplo disso.

O enraizamento deste tipo de instância intermediária entre o conjunto dos trabalhadores como um todo e a direção sindical permite potencialmente agilizar e acelerar não só as trocas de informações como também propostas de ação nos intervalos entre as assembleias gerais e os nossos congressos que são nossas instâncias mais representativas e democráticas.

A existência e um bom funcionamento dos núcleos de base e suas plenárias por campus pode significar um grande avanço no sentido de dar um canal institucional para as diversas concepções, avaliações, perspectivas e propostas que naturalmente existem em nossa categoria, que como toda fração da classe trabalhadora, se caracteriza por ter, a princípio, uma enorme heterogeneidade de visões e posição diante da realidade.

Aprendendo a decidir e fazer valer sua vontade os trabalhadores aprendem a governar. Governando sua entidade, os trabalhadores aprendem a governar o país quando chegar o momento de assumirem o controle de toda a sociedade. Era neste sentido que Lênin dizia que os sindicatos deveriam ser uma escola de governo para os trabalhadores.

O sindicalismo que defendemos tem como premissa básica a mobilização dos trabalhadores, a ação direta como instrumento principal e fundamental para a defesa de suas reivindicações, e também para a sua educação política na luta contra a exploração e o capitalismo. O recurso à luta, à ação direta é, em primeiro lugar, uma necessidade para a conquista das reivindicações dos trabalhadores ou para a defesa de seus direitos frente ao patrão e ao Estado.

O capitalismo, principalmente em nossa época, busca intensificar incessantemente a exploração da classe trabalhadora, degradando sua condição de vida para aumentar o lucro. Não há forma de enfrentar essa situação a não ser pela mobilização dos trabalhadores, trata-se de reunir força para fazer frente aos interesses do capital.

A ação direta, a estratégia da mobilização permanente é fundamental também para o enfrentamento da burocracia nos sindicatos. A mobilização dos trabalhadores em defesa de seus interesses aumenta sua autoconfiança, além de fazer avançar a experiência com direções burocráticas, fortalece o sentimento de oposição a elas. Eis mais uma razão para estimularmos o processo de mobilização pela base.

Não se trata de negar a importância do instrumento negociação para os trabalhadores. Nem de negar a importância de ações institucionais que os sindicatos devem, sim, desenvolver também. Trata-se de compreender o seu lugar na ação sindical. Ou seja, de entender que a negociação e a contratação coletiva, bem como as ações na institucionalidade devem sempre estar subordinadas a serviço da mobilização, da ação direta dos trabalhadores.

A característica fundamental do capitalismo na época em que vivemos é atacar permanentemente, e cada vez com mais intensidade, as condições de vida dos trabalhadores. Não há espaço para concessões e reformas positivas, apenas para mais exploração e contrarreformas que retiram direitos sociais e trabalhistas.

São inúmeros os instrumentos que o capital tem nas mãos para reduzir cada vez mais o valor real dos salários, para diminuir o número de postos de trabalho, eliminar benefícios e direitos dos trabalhadores,

precarizar as condições e intensificar o ritmo de trabalho, etc. A chantagem contra os trabalhadores com ameaça de demissões; o fechamento de plantas que serão abertas em lugares onde seja mais barata a força de trabalho; a rotatividade da mão de obra; as políticas econômicas e instituições do Estado de maneira geral (governo, legislativo, judiciário, polícia), são alguns dos mecanismos utilizados pelo capital para atingir seu objetivo.

No setor público os governos acuam os servidores com uma política de desmonte consciente do serviço público, precarizando, privatizando, desvalorizando o servidor, e desconsiderando nossas reivindicações. E tratam de isolar as lutas dos servidores realizando uma intensa campanha ideológica junto à população, onde utilizam a própria precariedade do serviço público para atacar os servidores, e responsabilizar as suas lutas pelo mau serviço oferecido à população.

A resultante de tudo isso é um permanente retrocesso nas condições de vida dos trabalhadores que não pode ser evitado apenas a partir da resistência em torno às lutas econômicas de cada categoria. Reverter este processo remete necessariamente ao questionamento de toda a lógica do sistema, desde as políticas econômicas concretas aplicadas no país, até o cerne mesmo do sistema capitalista que é a propriedade privada. Ela é, ao mesmo tempo, a fonte de poder que permite ao capitalista lançar mão dos mecanismos descritos acima para espoliar os trabalhadores, e também a matriz de todo o processo de concentração da renda e da riqueza produzida pelo trabalho, nas mãos do capitalista e não de quem trabalhou.

A vinculação da luta em defesa das reivindicações básicas, com as lutas mais gerais da nossa classe, precisa ser então, parte do cotidiano da ação sindical. Em cada processo de luta, por mínima que seja a reivindicação, o sindicato precisa fazer esta vinculação, aproveitar para denunciar a exploração do capital, precisa relacionar a mazela concreta vivida pelo trabalhador com as políticas econômicas, as orientações dos governos, com o Estado.

Compreendendo que a luta em defesa das reivindicações econômicas dos trabalhadores está inserida dentro da luta geral contra a exploração e o capitalismo, fica evidente a necessidade de superarmos o corporativismo. O corporativismo é filho do reformismo sindical, serve tão somente a luta economicista, e mesmo assim retira-lhe a eficácia, na medida que privilegia a ação isolada de um determinado sindicato ou categoria, na busca de um objetivo que seria mais facilmente atingido com a união de todos.

No nosso caso, nosso sindicato representa todos os servidores da educação básica, técnica e tecnológica e é muito importante que tenhamos claro que essa busca por uma unidade e por trazer a igual participação de todos os segmentos em nossos fóruns e nossas lutas são imprescindíveis para conquistarmos nossas demandas.

A primeira expressão do corporativismo que enfrentamos dentro dos sindicatos é essa, que dificulta a unidade na luta mesmo entre sindicatos e categorias de trabalhadores que buscam muitas vezes objetivos que são comuns e enfrentam o mesmo padrão. Isto ocorre no setor privado e também no setor público. A dificuldade de se implementar uma estratégia de unificação das campanhas salariais é a expressão mais cabal deste problema. Precisamos superá-lo.

Mas há também outra expressão do corporativismo: a que leva o dirigente sindical e, a partir daí o próprio sindicato, a não enxergar relação entre a sua luta e seus interesses e a luta e interesses do trabalhador terceirizado, do trabalhador desempregado, do trabalhador da economia informal, dos movimentos populares,

dos que estão na luta contra o racismo contra o machismo e a homofobia, com a luta dos estudantes. São todos setores da nossa classe e suas lutas são lutas da nossa classe. São, portanto, lutas dos sindicatos também.

A relação dos sindicatos com os demais movimentos e organizações dos trabalhadores e da juventude não pode, portanto, ser pautada pela indiferença ou por uma postura utilitarista (que ocorre de parte a parte) que muitas vezes caracteriza estas relações. Os sindicatos não devem substituir as organizações próprias destes setores da classe, mas por serem as organizações com mais recursos financeiros podem, e devem, contribuir para o desenvolvimento da organização e das lutas dos demais segmentos da classe trabalhadora.

Seria equivocado fazer esta discussão abstraído o papel da direção política concreta do sindicato, pois ela é um elemento decisivo na atuação de qualquer entidade. No contexto atual dos sindicatos brasileiros, a sua direção política pode fazer dele um instrumento para a luta dos trabalhadores em defesa de seus interesses, ou uma organização voltada para a colaboração de classes, integrada ao Estado e instrumento dos patrões e do governo contra os trabalhadores. É o que faz dos sindicatos a burocracia sindical que costumamos chamar de pelegos (tanto os antigos como os novos pelegos da CUT).

Para nós não existe necessariamente uma contradição em se defender a máxima democracia de base e a existência de uma direção política, eleita pelos sindicalizados, por determinado mandato. A realidade dos trabalhadores em nossa sociedade é de uma constante tendência ao aprisionamento concreto às pressões objetivas advindas da rotina do trabalho, ao crescente processo de acúmulo de tarefas e de exigências as mais variadas, a isso se liga todas as demais demandas cotidianas da vida concreta, na qual as mulheres, em particular, são ainda mais exploradas por acumular às tarefas laborais as vinculadas ao trabalho doméstico e à criação dos filhos.

Torna-se necessário e assim foi entendido pelos trabalhadores que se destaque, a partir de um referendo da própria categoria, um grupo de companheiros e companheiras que se proponham, por um período previamente estipulado dar consequência as diversas demandas da categoria.

Diante das sempre presentes ameaças de ataques aos nossos direitos, particularmente, neste período de vigência do projeto neoliberal, este grupo, a direção do sindicato, ancorado e fortalecido pelo voto de seus companheiros da base e pelo histórico de posições já defendidas pela categoria, pode e deve, sempre que necessário, dar uma primeira resposta às ações de nossos adversários e inimigos e, no mais breve tempo possível, deve convocar a categoria para discutir, referendar, modificar ou acertar a política a ser implementada. Ter uma direção política que delibere não é sinônimo de burocratização.

Isto não significa dizer que o elemento direção determina tudo. Sua ação vai estar sempre limitada às condições concretas da relação de forças dada. Numa situação em que a relação de forças é adversa pouco pode ser feito pela direção. Isto vale para a luta concreta contra a patronal ou o Estado, na defesa de reivindicações ou direitos dos trabalhadores. Muitas vezes, independentemente do caráter e da combatividade de uma direção não há simplesmente forças para ganhar a luta.

No entanto a relação é dialética. Mesmo nestas situações, a ação da direção da entidade é importante. Mesmo que não haja força para atingir o objetivo naquele momento, ela pode dar uma resultante política para a luta que prepare o futuro, que ajude a avançar na superação da relação de forças adversa e a preparar a vitória

futura. Não entregar-se frente a uma relação de forças adversa, não adaptar-se, seguir em frente nadando contra a corrente é característica importante de uma direção sindical comprometida com um sindicalismo de perspectiva revolucionária.

Qualquer política, então, para o aprimoramento da organização sindical deve partir desta premissa. A direção da entidade precisa estar comprometida com este projeto, com uma estratégia transformadora e socialista. O primeiro passo, então, para que o sindicato esteja no campo da luta da classe trabalhadora, é ter uma direção comprometida não só com a defesa de seus interesses mais imediatos, mas também de seus interesses históricos, de uma transformação socialista da em nosso país.

Todas as questões importantes da entidade devem ser decididas pela base da categoria, nas plenárias, assembleias, conselhos, congressos, etc. A direção do sindicato deve ser efetivamente controlada pela base da categoria, funcionando como executora de suas decisões. Enfrentar e superar estes desafios é condição, portanto, para que os sindicatos estejam adequados a cumprir seu papel na organização e na mobilização dos trabalhadores para defenderem seus direitos e interesses.

Não será fácil. Será preciso, inclusive, superar o atraso dos próprios trabalhadores, que não compreendem seu papel nesta questão. Superar a cultura reacionária, inculcada na cabeça dos trabalhadores por dezenas de anos em que ele foi acostumado a delegar poder para a diretoria do sindicato “decidir” e “fazer” em seu lugar.

Um outro aspecto que para nós avança no sentido de se buscar construir pontes mais sólidas de comunicação e interlocução entre a base e a direção do sindicato tem a ver com o processo de sua constituição. Entendemos que dentro da classe trabalhadora existem várias concepções, desde aquelas que expressam as posições dominantes em nossa sociedade quanto as mais diversas propostas que apontam para a constituição de uma nova sociedade. O sindicato é uma instituição de frente única dos trabalhadores, ou seja, por sua própria constituição ele deve abrigar o conjunto da categoria independente de suas diversas posições, crenças e visões.

É lógico que lutar pela democracia nos sindicatos, significa lutar pelo mais amplo debate e pela busca do convencimento da maioria dos trabalhadores para as posições mais consequentes e transformadoras possíveis em cada conjuntura. E é também garantir esta diversidade em sua direção.

Garantir a proporcionalidade para eleição da diretoria do sindicato é também um elemento da luta contra a burocratização, ao impedir que apenas uma corrente de opinião tenha o controle sobre o aparato do sindicato. A diretoria deve ser composta por todas as chapas que concorreram às eleições, pelo critério da proporcionalidade direta e qualificada, levando em conta o número de votos que cada uma obteve.

A fermentação política que assistimos na base, a partir do início da retomada das lutas em nosso país nos últimos anos indica que podemos estar prestes a entrar em outra fase da luta de classes em nosso país, de maior mobilização social, mais favorável, portanto às mudanças que queremos fazer.

Por outro lado, é preciso confiar em nossa própria capacidade de levar esta discussão aos trabalhadores da nossa base, na capacidade de compreensão e de envolvimento deles nessa luta e juntos avançarmos nas mudanças que os sindicatos precisam. Assim estaremos fazendo avançar a luta pela libertação da classe trabalhadora de toda forma de exploração e opressão.

Proponentes:

Albano Teixeira (SC III)

Elisa Guimarães (H II)

Elizabeth Dau (EN I)

Luiz Sergio (SC III)

Mariana Carreira (H II).

15- A classe trabalhadora em luta e a saída pela esquerda da crise

1. As lutas sociais contra o governo golpista e suas reformas vão crescendo progressivamente. As mobilizações e paralisações de março – o 8 de março classista, com grandes manifestações de rua, a paralisação nacional de 15 de março e os grandes atos de 31 de março, construídas em unidade de ação com todos os setores dispostos a lutar, chegaram a reunir mais de um milhão nas ruas em todo o país, com destaque para os atos no Rio e em São Paulo – foram decisivas para construir o avanço da resistência da classe trabalhadora, que resultou na grande Greve Geral de 28 de abril. A retomada das grandes manifestações caracteriza um novo momento da conjuntura, com a afirmação de um importante ator social – a classe trabalhadora organizada. A crise estrutural do capitalismo se intensifica e o grande capital pressiona para que sejam aceleradas as reformas que possam fazer recuperar sua taxa de lucro; a polarização intensa gera ascensão de movimentos fascistas, xenófobos e racistas, mas também os movimentos sociais e sindicais intensificam a mobilização na luta por direitos, defendendo que não haja mais retrocessos.

2. O “Ocupa Brasília” de 24 de maio, numa grandiosa manifestação de cerca de 150 mil ativistas vindos de todas as partes do país e lotando de ponta a ponta a Esplanada dos Ministérios, demonstrou a força de mobilização da classe trabalhadora. Brasília tremeu com a vitoriosa aliança das centrais sindicais e movimentos populares na organização desse que foi um dos maiores atos de todos os tempos na capital da República. O governo ilegítimo de Temer sentiu o baque e montou forte barreira policial para evitar que a manifestação chegasse à Praça dos Três Poderes, mas os trabalhadores e estudantes que lotaram Brasília não se intimidaram com a forte repressão policial. Ao chamar as forças armadas para ocupar as ruas do Distrito Federal, diante da resistência dos manifestantes, Temer mostrou o desespero de um presidente fraco diante da crise em todos os níveis de seu governo altamente impopular.
3. Ficou evidente que a resistência da classe trabalhadora pode derrotar as reformas, desde que supere a fragmentação e lute em unidade de ação, deixando de lado a instrumentalização do movimento em favor de articulações eleitoreiras e interesses particulares das burocracias sindicais. A necessidade de construção de uma greve geral para derrubar as reformas já vinha há muito sendo defendida pelas centrais sindicais que não foram cooptadas pelos governos de conciliação de classes – CSP-Conlutas e Intersindical – mas havia hesitação das demais centrais. Com a retomada das grandes manifestações de março e o trabalho de base de esclarecimento e crítica acerca das reformas, demonstrando o desmonte da previdência pública e dos direitos trabalhistas, as grandes centrais sindicais não tiveram mais como resistir à pressão pela convocação de uma Greve Geral. Tornou-se evidente para quem ainda tinha dúvidas de que a derrubada do governo Dilma estava diretamente ligada à aceleração e intensificação das reformas por pressão do grande capital, portanto o “Fora Temer” está na boca do povo e foi elemento unificador nessas mobilizações, além do combate às reformas.
4. Nesse contexto aconteceu a maior greve geral dos últimos tempos em 28 de abril, que demonstrou disposição de luta da classe trabalhadora. É importante ressaltar o papel decisivo de uma central como a CUT, que ainda dirige parte significativa do movimento sindical, tanto para apassivar o movimento nos governos do PT quanto fazer acontecer a greve geral de 28 de abril, depois de muita hesitação. Esse é o elemento diferencial que não era possível mobilizar nos governos de conciliação de classe, em que a maior parte do movimento sindical não apresentou resistência suficiente ao ataque aos direitos, como à reforma da previdência de 2003, e ao ajuste fiscal do governo Dilma, quando a cooptação gerou a tática da colaboração. Com todos os problemas de burocratização das centrais majoritárias e sua dependência do imposto sindical, o sucesso da greve geral mostrou que CUT, CTB e Força Sindical ainda dirigem parcela bastante significativa da classe trabalhadora organizada, mas hoje já encontram mais resistência à sua tática colaboracionista. Só concordaram em convocar a Greve

Geral com a pressão das bases e a aceleração da conjuntura. Nessa agitação das bases, ocupação de espaços e disputa nas ruas da direção do movimento, mobilizando trabalhadores e em aliança com o movimento estudantil, destacaram-se pela combatividade e capacidade de construção da resistência, mesmo sendo altamente minoritárias, as centrais sindicais do campo combativo – CSP-Conlutas e Intersindical.

5. Não podemos deixar de denunciar o desmonte da greve geral do dia 30, promovido pelas centrais que negociaram com o governo ilegítimo de Temer – Força Sindical e UGT – e pelas centrais que fizeram corpo mole e não construíram de fato a greve geral no dia 30 de junho, jogando mais peso em manifestações de cunho eleitoreiro. Algumas centrais estão em nítido movimento de apoio à candidatura de Lula 2018. Tínhamos todas as condições de construir uma greve geral ainda maior do que a de 28 de abril, mas o dia foi transformado pelas grandes centrais em apenas mais um dia de “paralisações e mobilizações”. Mais uma vez se destaca o papel de uma central como a CUT, que sendo a maior central, teve papel decisivo no desmonte da greve geral do dia 30 de junho, pois claramente não paralisou sindicatos importantes sob sua direção.
6. Agora é o momento da construção de nova e mais forte Greve Geral, para derrotar de vez as reformas. Avança a resistência da classe trabalhadora enquanto se acelera a crise do governo Temer, enredado em denúncias de corrupção e com ampla rejeição popular. Devemos rechaçar qualquer tentativa de acordo por cima com relação ao imposto sindical, como já foi ventilado em relação às centrais mais pelegas, como a Força Sindical. Nosso papel é construir a luta nas bases das categorias e nas ruas e botar o bloco na rua com toda a força para derrubar as reformas e esse governo golpista, se já não tiver caído de podre até lá.
7. A classe trabalhadora vai ampliando sua participação na luta por seus direitos, mas essa luta só terá consequências efetivas se for organizada e se continuar a necessária unidade dos setores sociais e forças políticas que estão contra a ofensiva do grande capital.
8. A luta é no tempo presente. É em defesa dos interesses das atuais e futuras gerações. Não deve estar submetida aos interesses eleitorais do PT e de Lula em 2018. A tarefa fundamental dos partidos, movimentos e organizações populares é derrotar o governo Temer e suas reformas. Mas isso não basta. É preciso intensificar as lutas por Eleições Diretas e Gerais Já. Eleições indiretas fortalecem uma alternativa de poder que representará os interesses do grande capital. Eleições diretas só para

Presidente é constituir um Poder Executivo subordinado a um Congresso em sua grande maioria sintonizado com os interesses da elite econômica nacional e internacional, além de corrupto. E colocar somente o Fora Temer, sem apresentar uma alternativa de substituição que possa ser entendida e assumida nas mobilizações (qualquer que seja o argumento) é, objetivamente, reforçar uma saída burguesa autoritária pela via de eleição indireta de um substituto de Temer.

9. Compactuar com qualquer forma de “transição por cima”, com eleições indiretas para presidente, é trair o movimento de massas, que tem lutado pelo Fora Temer e contra as reformas regressivas que este implementa.
10. Continuaremos afirmando que as condições para uma saída pela esquerda passa por dar ao povo o direito de decidir por um novo poder político e uma nova alternativa de projeto nacional. Coloca-se como tarefa para a esquerda avançar em sua unidade política e programática para barrar e reverter os retrocessos econômicos e sociais e apresentar uma alternativa verdadeiramente de esquerda que rompa tanto com o extremo neoliberalismo do governo atual quanto com o limitado neodesenvolvimentismo social-liberal levado adiante pelo PT e aliados.
11. Devemos, portanto, agir com dois objetivos claros: 1) impedir todas as reformas reacionárias, especialmente as reformas trabalhista e previdenciária, assim como alternativas políticas “salvadoras da pátria” (agora ou em 2018) ou autoritárias (ditadura ou restrições democráticas); 2) construir uma alternativa com base social de massas protagonizada pelos trabalhadores organizados. Disputar a consciência dos trabalhadores e forjar movimentos e organizações populares mais sólidas e enraizadas é fundamental para que possamos mudar o cenário de resistência para uma condição de ofensiva.

Questões táticas: lutar hoje para construir um novo amanhã

1. Lutar e fortalecer todas as mobilizações contra todas as políticas e reformas regressivas, como a trabalhista e a previdenciária e em defesa das liberdades democráticas.
2. Estar presente e à frente das lutas específicas dos trabalhadores e do povo, como greves e outras lutas concretas. **Fortalecer nossa atuação na CSP-Conlutas; enraizar a central nas bases. Para isso é muito importante que todas as seções sindicais do Sinasefe construam e contribuam para a CSP-Conlutas, para que nossa central fortalecida possa articular as lutas em nível nacional.**

3. Contra os ataques e em defesa dos direitos da classe trabalhadora, DIRETAS GERAIS JÁ. PREPARAR A GREVE GERAL!
4. Não reconhecer nem a legalidade nem legitimidade deste governo golpista. Fora Renan, Jucá, Aécio e sua base de sustentação golpista: não reconhecer a legitimidade deste Congresso fisiológico e corrupto para impor uma saída para crise e promover retrocessos. Cadeia para todos os corruptos;
5. Diretas Gerais Já, sem financiamento privado e com financiamento exclusivamente público, com regras democráticas e com tempo de TV e rádio distribuídos democraticamente, para que o povo possa construir uma solução popular para a crise; contra as cláusulas de barreira, as coligações proporcionais e o voto distrital em qualquer de suas versões;
6. Não às reformas regressivas como as Trabalhista, Previdenciária e do SUS.
7. Contra as privatizações, Caixa Econômica e Petrobras 100% estatais, e contra a privatização do Pré-Sal;
8. Em defesa dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses pobres, atingidos por barragens, assim como o meio ambiente, contra o aprofundamento das agressões em curso pelos latifundiários do agronegócio, com apoio de milícias assassinas e respaldo estatal; Reforma Agrária antilatifundiária.
9. Demarcação Já das Terras Indígenas já homologadas (de propriedade definitiva) como T.I. Raposa Serra do Sol, T.I. Yanomami, T.I. Pataxó. Não à PEC 215 que tira da FUNAI e entrega ao Congresso Nacional a atribuição da demarcação das terras indígenas.
10. A Reforma Urbana popular contra a gentrificação e em articulação com os movimentos sociais, instrumento de democratização da cidade.
11. Contra todas as medidas e projetos de leis obscurantistas, que atacam a educação laica e crítica (como o chamado “Escola sem Partido”), e perpetuam o machismo, o racismo e a homofobia e outras ideologias fundamentalistas e reacionárias. Por uma escola sem mordça;

12. Todo apoio e participação nas lutas contra todos os tipos de opressões, que se cruzam com exploração de classe, como as lutas levadas pelos movimentos de mulheres, negros, LGBT e contra a intolerância religiosa;
13. Pela Auditoria e suspensão do pagamento da dívida pública;
14. Pela democratização dos meios de comunicação;
15. Contra a criminalização das lutas e movimentos sociais! Pela garantia das liberdades democráticas; nenhuma punição aos lutadores do povo;
16. Em defesa dos direitos do povo: conclamamos todos os lutadores sociais a lutar contra o governo ilegítimo de Temer e todas as políticas regressivas, inclusive aquelas colocadas em prática desde o governo petista de Dilma através de manifestações, dias de luta, greves, ocupações, campanha nas redes sociais, etc;
17. Abaixo a Reforma do Ensino Médio que tem como objetivo a privatização, o desemprego e a precarização da educação pública. Resistir impedindo sua aplicação nas redes de educação;
18. Todo apoio aos chamados do Fórum dos Servidores Federais (FONASEFE) e do fórum das centrais sindicais pela construção da unidade rumo à Greve Geral;
19. Construir a Greve Geral de junho por emprego e salário, contra o ajuste fiscal e a retirada de direitos, apoiando e participando dos dias nacionais e luta e mobilização preparatórios;
20. Construção de uma alternativa verdadeiramente de esquerda, democrática e popular dos trabalhadores, rumo ao socialismo!

Proponente:

Magda Medeiros Furtado (H II)

16- O Brasil precisa de uma Revolução Socialista! Fora Temer! Fora Todos! Povo pobre e operários no poder!¹⁰

A derrubada da ditadura em meados dos anos 80 não trouxe o Brasil melhor, menos desigual, menos injusto, que todos sonhavam. Trouxe o Brasil do Sarney, do Collor, de FHC, onde as músicas não eram censuradas e as passeatas não eram proibidas, mas as cadeias ainda estavam lotadas de negros e pobres. A cada eleição as expectativas voltaram para serem frustradas por mais um governo que garantiu o lucro dos ricos e poderosos e assegurou que os trabalhadores continuassem sendo explorados, que a maioria da população vivesse na miséria.

Os governos do PT não foram diferentes. Lula e Dilma governaram para os banqueiros, empreiteiros, para o grande capital. Desenvolveram políticas compensatórias, facilitaram o crédito, permitindo o aumento do consumo e do endividamento, criando a sensação para parte da população que a vida poderia ser um pouquinho melhor, mas durou pouco. Com o nome no SPC, o cartão bloqueado, a prestação da casa própria atrasada, a inflação crescendo, sem dinheiro para pagar a conta do supermercado, para manter o plano de saúde, os hospitais públicos sem leitos, sem médicos, sem remédios, com a febre amarela à espreita, servidores estaduais e municipais sem salários... não dá para ser feliz.

¹⁰ Esta tese é uma atualização da tese apresentada pelos mesmos signatários no Consinasefe.

Há quem sofra de amnésia e afirme que tudo isso aconteceu a partir do governo Temer, mas é uma falsificação histórica. Não podemos deixar de lembrar do investimento de 26 centavos no combate à violência contra a mulher, ou a não criminalização da LGBTfobia enquanto os pobres, negros e negras e lutadores eram criminalizados.

Não podemos passar a borracha na privatização dos hospitais universitários, no Leilão de Libra ou do FUNPRESP. Não podemos esquecer o contingenciamento de verbas e a tentativa de congelar o salário dos servidores públicos por 20 anos. Se a burguesia se utilizou de uma manobra parlamentar para tirar Dilma do governo, não foi porque suas medidas contrariavam os interesses do grande capital, mas porque, em meio à crise e com a sua popularidade despencando, Dilma não tinha condições de continuar aplicando as contrarreformas necessárias para garantir uma saída para a crise econômica que preservasse o lucro dos banqueiros, dos empresários, dos patrões.

O governo Temer não é resultado de um “golpe” que mudou a correlação de forças no país, fruto de uma “onda conservadora”. Se o aprofundamento da crise econômica e da crise política, levando à ruptura das massas com o governo Dilma, permitiu a manobra parlamentar que colocou Temer no poder, não possibilitou o “milagre” de transformar o vice de Dilma, do corrupto PMDB, num “salvador da pátria”. Temer assumiu já desmoralizado, impopular.

Suas tentativas de aprofundar os ataques aos trabalhadores com as contrarreformas da previdência e trabalhista são repudiadas pela maioria da população e a continuidade de denúncias de corrupção pela alta cúpula deste governo, além dos governos anteriores do PT, chegando até ao PSDB de Aécio Neves, só aumentam a indignação e perplexidade da população.

Na Câmara, o governo quer votar e derrubar, antes do recesso parlamentar, que começa dia 18 de julho, a denúncia de corrupção contra Temer. Se a Câmara aceitar a denúncia, Temer vira réu no STF e é obrigado a se licenciar por 180 dias enquanto será julgado. Para derrubar a denúncia, Temer precisa impedir que dois terços dos deputados votem pela aceitação da mesma. Quanto mais o tempo passa, mais seu desgaste aumenta e mais deputados, mesmo corruptos, ficam preocupados em morrer abraçados com um afogado.

Temer não deveria ter assumido. O impeachment defendido pela direita, ou a realização de atos contra o “golpe”, que, de fato, significavam a defesa do governo Dilma, não eram alternativas para a classe trabalhadora. A solução, tanto para a crise que abateu o governo Dilma, quanto para a crise que ameaça o governo Temer, é a luta da classe trabalhadora contra os governos que nos exploram, que nos atacam, que se locupletam com a miséria da maioria da população.

Há meses, os trabalhadores brasileiros vêm resistindo às tentativas de acabarem com nossos direitos, sejam trabalhistas ou previdenciários. Basta resgatar as recentes mobilizações, que se expandiram e massificaram num crescendo. Dias de lutas como o 8 de março, Dia Internacional da

Mulher que, no Brasil, contribuiu para impulsionar o dia 15 de março e a própria Greve Geral de 28 de abril, a maior já vista até então em nossa história. A Ocupação de Brasília com mais de cem mil trabalhadores também foi um marco e o último dia 30 de junho, que tinha tudo para ser uma forte Greve Geral, não fosse parte das centrais sindicais recuarem de sua decisão de novamente parar o país, num dia ainda mais forte que o 28 de abril.

O dia 30 de junho podia ter sido maior, e uma verdadeira greve geral podia ter acontecido. Uma poderosa greve geral poderia ter acelerado o processo de queda deste governo impopular e deixar nas consciências dos trabalhadores que sua queda tinha sido fruto de sua ação direta. Não fossem as cúpulas das principais Centrais (Força, UGT e CUT) terem operado um desmonte das paralisações, especialmente das fábricas, em particular em São Paulo, a conjuntura nesse momento seria mais clara.

Apesar do desmonte, prova da indignação e disposição de luta que há por baixo, houve um forte dia de paralisações, mesmo no setor operário, e de manifestações em todo o país. Em alguns estados, repetiu-se a força de 28 de abril, praticamente ocorrendo uma Greve Geral.

Por trás do desmonte, houve um duplo acordão. Primeiro, a negociação da cúpula de algumas centrais em torno da reforma trabalhista, a partir de uma promessa de Temer de manter de alguma maneira o indecente imposto sindical. Só a CSP-Conlutas é contra o imposto sindical e se nega a recebê-lo. O acordo salva-corruptos junta PT, PMDB, PSDB, PCdoB e Solidariedade, que apoiam de diferentes maneiras, seja fazendo corpo mole, não fazendo marolas com greves gerais, seja atuando todos juntos contra a Lava Jato.

Mas a luta continua, e a crise do governo também. A classe trabalhadora não está derrotada, tem disposição de luta. Os de cima sabem disso. Tanto que temem uma convulsão social. O desemprego está insuportável, os salários arroxados e os serviços públicos desmontados. A violência não para, e a indignação é enorme com o governo, o Congresso e o Judiciário.

Temos todo o direito de querer botar para fora o governo, este Congresso e as reformas, mas precisamos ainda ir além. Queremos uma vida digna: emprego, redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários, salário decente, moradia, aposentadoria e direitos trabalhistas, educação e saúde públicas, o fim do genocídio da nossa juventude pobre e negra das periferias. Queremos coisas mínimas, que qualquer um deveria ter direito.

Em 2017, completam-se 100 anos da Revolução Russa. Os russos também queriam coisas mínimas: pão, paz e terra. Pão contra a fome, paz contra a guerra, na qual morriam milhões de camponeses, e terra para os camponeses. Por essas coisas mínimas, os operários, camponeses e soldados fizeram uma revolução socialista.

Aqui também, para conseguirmos uma vida decente, vamos precisar conquistar, por meio da nossa luta, um governo socialista dos trabalhadores, da juventude, do povo pobre e de todos os setores oprimidos por esta sociedade, em que os de baixo governem em Conselhos Populares.

Nestes tempos de crise, caem as máscaras de governos, da Justiça e da democracia burguesa. Enquanto os de baixo estão lutando, e os de cima têm medo da gota d'água que pode transbordar o copo, temos de carregar a estratégia em cada passo. Não estamos aqui para andar sem rumo.

Enquanto não existirem condições de repetirmos no Brasil o que os trabalhadores da cidade e do campo fizeram na Rússia em 1917, tomar o poder, expropriar a burguesia e construir uma sociedade sem explorados e exploradores, propomos a construção de uma greve geral que garanta a convocação de novas eleições, com novas regras para colocar no poder um governo realmente do lado dos trabalhadores, que governe apoiado nos conselhos populares. Um governo que não pague a dívida externa e que faça os ricos pagarem pela crise, que governe para os trabalhadores e as trabalhadoras. Para que isso ocorra, a organização e mobilização de todos os explorados oprimidos são imprescindíveis, e esse é o papel dos conselhos populares.

A experiência dos governos do PT demonstra que não dá para acender uma vela para o santo e outra para o diabo, que não existe a possibilidade de se “governar para todos”, não dá para humanizar o capitalismo, diminuir a desigualdade social sem atacar o capital e seus interesses, sem lutar contra a exploração de uma classe contra outra. Por isso a saída é a luta, não é eleitoral.

A Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo, ao chamarem a luta contra o governo Temer, no marco da luta contra o “golpe” preparam uma saída eleitoral para o país. “Lula 2018” com um programa nos marcos da defesa da cidadania, não vai mudar o Brasil, não vão melhorar as condições de vida para a maioria da classe trabalhadora. Não foi outro o sentido do lançamento no dia 5 de junho, na Câmara dos Deputados, em Brasília, da “Frente Ampla Nacional pelas Diretas Já”.

Por iniciativa exatamente da Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo, reuniu-se uma frente suprapartidária formada pelo PT, PSB, PCdoB, PSOL e outras organizações (a Rede ficou de avaliar e o PDT de Ciro Gomes é um amigo) na defesa de que *“só a eleição direta, portanto a soberania popular, é capaz de restabelecer legitimidade ao sistema político”*, conforme diz a nota de lançamento da frente.

Roberto Amaral (ex-presidente do PSB), na revista Carta Capital de 11 de junho, define bem qual é o projeto e o significado desta iniciativa: *“é do maior significado a instalação, em Brasília, na Câmara dos Deputados, da Frente Suprapartidária pelas Diretas Já (...). A política de frentes populares e de esquerda, transitando, como núcleos, para frentes políticas as mais amplas nos termos do atual espectro político-ideológico, começa, assim, a dar seus frutos (...). Nesse projeto, as frentes políticas, como a Frente Povo Sem Medo e a Frente Brasil Popular, desempenharam papel crucial*

(...). No lançamento do Plano Popular de Emergência, proposta da Frente Brasil Popular para 'restabelecer a ordem constitucional democrática' (...) João Pedro Stédile advertiu que (...) o Fora Temer, embora indispensável, é apenas o ponto de partida de uma grande luta (...) substituir o atual impostor por um delegado dos interesses populares, devolvendo à presidência a legitimidade de que carece o atual inquilino”.

A Frente é, portanto, uma frente única política e parte da construção da campanha eleitoral de Lula 2018. Aliás, como declarou Lula no Congresso do PT: *“2018 está longe para quem não tem esperança. Para nós, está bem aí. Se a esquerda fizer um programa, um discurso, vamos voltar a governar este país “.*

Bresser Pereira, ex-PSDB, responsável pela reforma de Estado de FHC, é outro que apoia a construção da Frente. Segundo o Blog 247, avaliando ser pouco provável que Temer saia, ele diz: *“O essencial, então, é que nos preparemos para as eleições de 2018. Para isto, porém, não basta continuar a fazer forte oposição (...). É também necessário que discutamos um projeto de governo que possa unir a nação em torno de Lula (...) que tem todas as condições de governar o país de maneira equilibrada, defendendo os pobres e os trabalhadores, sem, para isto, precisar agredir a alta classe média e os ricos.”*

A Frente Ampla Nacional pelas Diretas Já não é um mero fórum de unidade de ação pela construção de atos em defesa de diretas para presidente. É uma frente única política com objetivo eleitoral. A Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo estão juntas nesse processo. Essa última é a ala esquerda desse projeto de construção de uma frente de colaboração de classes, defendendo, como gosta de enfatizar Guilherme Boulos, do MTST, que seja construída “a quente”, incorporando mobilização social, e não apenas “à frio”, em uma negociação entre organizações.

Não é segredo para ninguém que o projeto de “Frente Ampla” nasceu antes mesmo da queda de Dilma, em meio à crise do PT, quando Lula dizia que Dilma e o PT estavam “abaixo do volume morto”.

Para além de desviar o rumo da luta da ação direta, com os métodos históricos da classe trabalhadora, para o processo institucional, o próprio projeto é extremamente limitado, mesmo que seja nos marcos da democracia burguesa, porque só pretende antecipar ou forjar uma candidatura presidencial e não mexer em mais nenhum aspecto de todo o arcabouço político-institucional do país. Reforça, inclusive, a ideologia de acreditar em um “salvador da pátria” que, por suas características pessoais teria o “dom” de garantir melhores tempos para todos.

Sem o controle do governo pelos Conselhos Populares, não há mudança possível. Para os trabalhadores, a alternativa é a luta. De fato, só a luta muda a vida, a luta por uma sociedade socialista, sem explorados e sem exploradores, sem oprimidos e opressores.

As lutas recentes demonstram que não existe onda conservadora, existe sim a indignação da classe trabalhadora, da população pobre, dos setores oprimidos, como demonstraram os atos de 8 de março, a greve internacional de mulheres e os atos de 15 de março contra as reformas e pelo Fora Temer. As condições para a realização de uma greve geral no país estão dadas, vamos cobrar que as centrais sindicais a convoquem e organizá-la na base através dos comitês de luta.

Por uma nova Greve Geral de 48 horas contra as reformas da Previdência e Trabalhista

Pelo não pagamento da dívida externa

Fora Temer, Fora todos eles!

Por um governo socialista dos trabalhadores e das trabalhadoras, contra toda forma de exploração e opressão, apoiado nos conselhos populares.

Povo pobre e operários no poder!

Proponentes:

Albano Teixeira (SC III)

Elisa Guimarães (H II)

Elizabeth Dau (EN I)

Luiz Sergio (SC III)